



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Serviços - DETRAN-CPLMS

EDITAL Nº 33/2026/DETRAN-CPLMS

INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90035/2025/DETRAN-RO
AMPLA CONCORRÊNCIA, RESERVA DE COTA E
EXCLUSIVO MICROEMPRESAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP
(Processo Administrativo nº 0010.023154/2025-17)

RESUMO DOS DADOS DA LICITAÇÃO

Encerramento do recebimento de propostas e abertura da sessão pública: 08/07/2026, às 10h (horário de Brasília), no sítio http://www.comprasgovernamentais.gov.br - UASG 926002		Limite para esclarecimentos e impugnações ao edital: 03/07/2026.	
Objeto: Registro de Preço para Eventual e Futura Aquisição de material de distribuição gratuita (antena corta pipa, bicicleta para adulto ARO 26, bicicleta para adulto ARO 29, bicicleta infanto juvenil ARO 20, bicicleta infantil ARO 16, capacete de motociclista, capacete para ciclismo adulto, capacete para ciclismo infantil, sinalizador de LED para bicicleta e viseira de capacete) para atendimento de demandas da Escola Pública de Trânsito e Coordenadoria de Formação e Aperfeiçoamento, especificamente no Projeto Agente Mirim da Cidadania no Trânsito, Projeto Jovem Condutor Mais Consciente e alunos matriculados em cursos especializados na Escola, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.			
Valor Estimado da Contratação (Global): R\$ 2.951.428,40 (dois milhões, novecentos e cinquenta e um mil e quatrocentos e vinte e oito reais e quarenta centavos)			
Registro de Preços? SIM	Vistoria: Não	Instrumento empenho	Contratual: nota de
Forma de Adjudicação: Menor Preço por Item	Modo de disputa: aberto		Intervalo mínimo entre lances: 1%

Licitação Exclusiva ME/EPP? Sim. Conforme item 4.1	Reserva Cota ME/EPP? Sim. Conforme item 4.2.1	Exige amostra/demonstração? Não
Planilha de custos e formação de preços: Não		
Prazo para envio da proposta definitiva e documentos de habilitação/complementares: 02 (duas) horas após convocação do pregoeiro se outro prazo não for concedido no chat de mensagens		
E-mail para contato: cpl@detran.ro.gov.br e/ou cpldetranro@gmail.com		



INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90035/2025/DETRAN-RO

AMPLA CONCORRÊNCIA, RESERVA DE COTA E

EXCLUSIVO MICROEMPRESAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP

(Processo Administrativo nº 0010.023154/2025-17)

1. PREÂMBULO

1.1. Torna-se público que o (a) Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia – DETRAN/RO, por intermédio de sua PREGOEIRA, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, modo de disputa “**ABERTO**”, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, SRP, AMPLA CONCORRÊNCIA, RESERVA DE COTA E EXCLUSIVO MICROEMPRESAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP, conforme descrito neste Edital e seus **ANEXOS** nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, Decreto Estadual 21.675/2017 e Decreto Estadual 28.874/2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, tendo como interessada a Escola Pública de Trânsito - EPTRAN.

1.2. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: [https:// www.comprasnet.gov.br](https://www.comprasnet.gov.br).

1.3. A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário estabelecidos.

1.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e locais estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

1.5. Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília/DF.

1.6. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados pelo Pregoeiro e equipe de apoio, no Departamento Estadual de Trânsito, sito a Rua Dr. José Adelino, 4477 – Costa e Silva, em Porto Velho/RO – CEP: 76.803-592, **e-mail para contato:** cpl@detran.ro.gov.br e/ou cpldetranro@gmail.com.

2. OBJETO

2.1. **Do objeto:** Registro de Preço para Eventual e Futura Aquisição de material de distribuição gratuita (antena corta pipa, bicicleta para adulto ARO 26, bicicleta para adulto ARO 29, bicicleta infantil juvenil

ARO 20, bicicleta infantil ARO 16, capacete de motociclista, capacete para ciclismo adulto, capacete para ciclismo infantil, sinalizador de LED para bicicleta e viseira de capacete) para atendimento de demandas da Escola Pública de Trânsito e Coordenadoria de Formação e Aperfeiçoamento, especificamente no Projeto Agente Mirim da Cidadania no Trânsito, Projeto Jovem Condutor Mais Consciente e alunos matriculados em cursos especializados na Escola, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

2.2. Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no sistema eletrônico – Portal do Compras do Governo Federal, e as especificações constantes no ANEXO I deste Edital – Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

2.3. **Das especificações técnicas/quantidades do objeto:** Ficam aquelas estabelecidas no item 2.3 e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesas.

2.4. **Da amostra:** Não será exigido amostra.

2.5. **Do instrumento contratual:** Ficam aquelas estabelecidas no item 26 do Termo de Referência.

2.6. **Da garantia contratual:** Não serão exigidas Garantias Contratuais, conforme item 28 do termo de referência.

2.7. **Do reajuste contratual:** Ficam aquelas estabelecidas no item 27 do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.8. **Do prazo, local e execução:** Ficam aquelas estabelecidas nos itens 16 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.9. **Das condições de recebimento do objeto:** Ficam aquelas estabelecidas nos itens 17 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.10. **Do pagamento:** Ficam aquelas estabelecidas no item 33 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.11. **Da Adesão:** Ficam aquelas estabelecidas no item 10 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.12. **Da Vigência de Ata de registro de preços:** Ficam aquelas estabelecidas no item 7.1 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.13. **Da fiscalização e acompanhamento:** Ficam aquelas estabelecidas no item 32 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

3. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

3.1. De acordo com o Art. 164, da Lei nº 14.133, de 2023, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, observado o seguinte procedimento:

3.1.1. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e mail: cpl@detran.ro.gov.br e/ou cpldetranro@gmail.com, sendo certo que deverá ser confirmado o recebimento pelo Pregoeiro ou, ainda, poderá ser protocolado junto a Sede deste DETRAN/RO, no horário das 07h30min. às 13h30min., de segunda-feira a sexta-feira, situada na Rua Dr. José Adelino, n.º. 4.447 – Bairro Costa e Silva, na cidade de Porto Velho/RO – CEP: 76.803-592.

3.1.2. Mencionar o número do Pregão, o ano e o número do processo licitatório.

3.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, de forma que a concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada nos autos do processo de licitação.

3.3. A decisão do(a) Pregoeiro(a) quanto a impugnação será informada preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação), e através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site Comprasnet, sendo necessariamente divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a), na forma do Art. 164, parágrafo único.

3.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente a alteração não afetar a formulação das propostas.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Para os itens **01 (1600 unidades), 8 (660 unidades) e 10 (1600 unidades)**, a participação é exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

4.2. Para os itens **2 (548 unidades), 3 (533 unidades), 4 (413 unidades), 5 (248 unidades), 6 (780 unidades), 7 (1163 unidades) e 9 (1740 unidades)** - (Ampla Concorrência), poderão participar quaisquer empresas que estiverem regularmente estabelecidas no País, cuja finalidade e ramo de atividade sejam compatíveis com o objeto desta Licitação e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação para habilitação, constantes do Edital e seus anexos.

4.2.1. Para os itens **11 (182 unidades), 12 (177 unidades), 13 (137 unidades), 14 (82 unidades), 15 (260 unidades), 16 (387 unidades), 17 (580 unidades)** cota exclusiva de até 25% (vinte e cinco por cento), **apenas Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP**, face ao disposto no art. 48, inciso III, da Lei Complementar Federal n.º 123/2006 e ao art. 8º do Decreto Estadual n.º 21.675/2017.

4.3. Se a mesma licitante vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação da cota reservada deverá ocorrer pelo menor preço (§ 3º, do art. 8º, do Decreto Estadual n.º 21.675/2017).

4.4. Quando da reserva de cota exclusiva para ME/EPP de até 25%, não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado (§ 2º, do art. 8º, do Decreto Estadual n.º 21.675/2017).

4.5. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www3.comprasnet.gov.br/>), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

4.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados, inobservância que poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.7. Não poderão disputar esta licitação, direta ou indiretamente:

4.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.7.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de penalidade que lhe foi imposta de:

4.7.2.1. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Rondônia, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;

4.7.2.2. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;

4.7.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

4.7.4. Aquele que se enquadre no disposto no art. 14, da Lei n. 14.133, de 2021;

4.7.5. Agente público do órgão, agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, conforme §§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.7.6. Fica vedada a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio conforme disposição constante no item 14.1 do Anexo I - Termo de Referência.

4.7.7. Fica vedada a participação de cooperativa no presente certame, dada a complexidade de governança interna das cooperativas.

5. DA PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

5.1. Na forma do art. 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo atentar às regras estabelecidas no regramento específico citado.

5.2. Para obtenção de benefícios a que se refere este item, a licitante deverá apresentar:

5.2.1. Declaração, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021;

5.2.2. Declaração de que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, neste Edital e em normas correlatas.

5.4. No caso de item/lote destinados à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.4.1. Nos itens/lotos em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada.

5.5. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado a pessoa jurídica enquadrada nos casos estabelecidos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

6.2.5. cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

- 6.3. O licitante organizado em cooperativa quando permitido sua participação deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 6.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 6.7. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 6.8. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 6.9. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos: Valor unitário e total do item ou valor global, ou percentual de desconto; descrição detalhada do objeto, contendo as informações conforme especificação do Termo de Referência.
- 6.10. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 6.11. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.12. As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.
- 6.13. Conforme dispõe o art. 82, III, não serão admitidos preços diferentes, uma vez que as entregas se darão em um único local.
- 6.14. As propostas terão validade mínima de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE DESEMPATE

- 7.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor **unitário**.
- 7.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1%.
- 7.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 7.7. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado no certame.
- 7.7.1. Os critérios dos modos de disputa estão estabelecidos no Art. 23 e 24 da INSTRUÇÃO

7.8. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) Pregoeiro (a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.9. Após o encerramento da etapa de lances, será verificado se há empate entre as licitantes que neste caso, por força da aplicação da exclusividade obrigatoriamente se enquadram como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, conforme determina a Lei Complementar n. 123/06, CONTROLADO SOMENTE PELO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR.

7.10. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.10.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.10.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.10.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.10.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.10.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.10.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.10.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.10.2.2. empresas brasileiras;

7.10.1.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.10.1.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.11. Persistindo o empate, será realizado SORTEIO ELETRÔNICO através do sistema Compras.Gov, nos processos cadastrados a partir de 14/10/2024, em sessão pública entre as propostas empatadas, nos moldes do artigo 28, §§ 1º e 2º da Instrução Normativa SEGES/MGI Nº 79.

7.12. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.13. Nos itens/lotos destinados à exclusiva participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e equiparadas será concedida prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, nos termos previstos no Decreto Estadual n.º 21.675/2017.

8. DA FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o (a) Pregoeiro (a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.5.2 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

8.2. Seguidamente será realizada a negociação e atualização dos preços por meio do CHAT MENSAGEM do sistema Compras.gov.br, devendo o (a) Pregoeiro (a) examinar a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação.

8.2.1. Serão aceitos somente preços em moeda corrente nacional (R\$), com valores unitários e totais com

no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Anexo I – Termo de Referência. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o (a) Pregoeiro (a), poderá convocar no chat de mensagens para atualização do referido lance e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os para menos automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

8.2.2. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o (a) pregoeiro (a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.3. O (a) Pregoeiro (a) não aceitará e não adjudicará o item cujo preço seja superior ao estimado (valor de mercado) para a contratação.

8.3.1. O (a) Pregoeiro poderá solicitar ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.3.2. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.4. Para fins de aceitação da proposta o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ajustada quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação aos valores estimados para contratação, podendo solicitar manifestação técnica e jurídica de outros setores do órgão, a fim de subsidiar sua decisão.

8.5. Quando houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, será oportunizado ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo esclareça a composição do preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.5.1. Em caso de aparente inexecuibilidade, caberá a Licitante apresentar planilha de composição de custo, contrato anterior, nota de empenho e/ou notas fiscais que comprove a exequibilidade.

8.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, conforme IN SEGES/ME nº 73 de 30 de setembro de 2022.

8.7. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do órgão requisitante, ou da área especializada no objeto.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.8.1. conter vícios insanáveis;

8.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF e/ou Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEFOR da SUPEL, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

9.3. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção

ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação.

9.5. A verificação pelo (a) pregoeiro (a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.6. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

9.6.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.6.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.7. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.8. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC n. 123, de 2006 e alterações.

9.8.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis para sua regularização pelo licitante, prorrogável por igual período, com início no dia em que o proponente for declarado vencedor do certame.

9.9. Ressalvados os documentos passíveis de verificação conforme item 9.2, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital e anexos, a documentação relacionada nos itens a seguir, **no prazo de 2 (duas) horas** contado da solicitação do pregoeiro, para fins de habilitação:

9.10. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

9.10.1. Comprovação de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.10.2. Comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.10.3. Prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.10.4. Certidão de Regularidade do FGTS, relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

9.10.5. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

9.10.6. Certidão de Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência, Reabilitados da Previdência Social e aprendiz ([Link Certidões](#)), conforme RECOMENDAÇÃO Nº 6613.2023, DE 31 DE AGOSTO DE 2023, da PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO.

9.11. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.11.1. Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

9.11.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administrativos, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto licitado, bem como a última alteração social. Não será aceita a Certidão Simplificada da junta Comercial

para substituir o contrato social;

9.11.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro de autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

9.11.4. Cédula de identificação dos sócios, ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa e procuração, se for o caso.

9.12. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA:

9.12.1. Os critérios de qualificação econômica-financeira a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no item 25.4. e subitens do Anexo I – Termo de Referência.

9.13. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.13.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no item 25.2 e subitens do Anexo I – Termo de Referência.

10. DO RECURSO

10.1. Conforme disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021, caberá recurso em face de:

I- Julgamento das propostas;

II- Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

III- Anulação ou revogação da licitação;

10.2. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recurso:

I – O prazo para manifestação é de no mínimo 10 (dez) minutos;

II- Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

III- A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza a Administração a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

10.3. O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo.

10.3.1. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.4. Para justificar e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso, o licitante interessado poderá solicitar vista dos autos a partir do acatamento de sua intenção de recurso.

10.5. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.6. Os recursos serão dirigidos ao pregoeiro, que poderá reconsiderar sua decisão em 3 (três) dias úteis. Caso não reconsidere, deverá remeter o recurso à autoridade competente para julgamento, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos, de acordo com o § 2º do artigo 165 da Lei 14.133/21.

10.7. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

10.8. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11. DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento,

observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

12. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

12.1. A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório de que trata esta Instrução Normativa por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

§ 1º O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

§ 2º Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

§ 3º Na hipótese da ilegalidade de que trata o caput ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei nº 14.133, de 2021.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Ficam aquelas estabelecidas no item 34 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. Os recursos financeiros necessários para acobertar as despesas decorrentes da contratação, estão consignados no orçamento, conforme estabelecido no item 21 do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

15. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

15.1. Homologada a licitação pela Autoridade Competente, a Ata de Registro de Preços será publicada na imprensa Oficial, momento em que terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

15.2. O prazo de vigência do Registro de Preços será de 01 (um) ano contado a partir da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Estado de Rondônia, podendo ser prorrogado o prazo à interesse da Administração, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, em consonância ao art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como renovadas as quantidades prevista neste instrumento.

15.3. Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão sua vigência em conforme as disposições contidas no art. 84, da Lei nº 14.133/21.

15.4. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

15.5. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

15.6. A ata de registro de preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão o Decreto Federal nº 11.462/2023, a Lei Federal nº 14.133/21, e demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

15.7. Nos termos do Decreto Federal nº 11.462/2023, a Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

15.8. É vedada à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que

tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;

15.9. Os representantes legais deverão requerer seu login e senha para assinatura eletrônica da ata de registro de preços, por meio do Sei!, no sítio do Governo do Estado de Rondônia.

15.10. Por ocasião da assinatura da ata de registro de preços, será verificado no SICAF e em outros meios se a adjudicatária mantém as condições de habilitação.

15.11. A detentora da ata será consultada sobre o interesse na manutenção do preço registrado, mediante a apresentação de nova proposta, próximo ao término da Ata de Registro de Preços Permanente ou consumido todo o seu quantitativo.

15.12. Na hipótese de concordância da detentora da ata na manutenção do preço registrado, poderá ocorrer o reaproveitamento dos atos internos do procedimento licitatório para lançamento de nova fase externa com nova etapa de lances, em autos apartados, considerando o preço atualmente registrado como preço máximo para efeito de formulação de proposta para o(s) respectivo(s) item(ns);

15.13. Caso não haja concordância, poderá ocorrer o reaproveitamento dos atos internos do procedimento licitatório para lançamento de nova fase externa com nova etapa de lances, em autos apartados, porém com a realização de nova pesquisa de mercado para estabelecimento de novo preço máximo para o objeto.

15.14. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

15.14.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, não sendo permitido o licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrogando-se nos limites dela.

15.14.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

15.14.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

15.14.2.2. Mantiverem sua proposta original.

15.15. Para o cadastro reserva disposto no item 15.14.2.1 o (a) Pregoeiro (a) realizará as convocações no chat de mensagens durante o transcurso da sessão pública.

15.16. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

15.17. O registro a que se refere o item 15.14.2.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

15.18. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

15.19. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 15.14.2.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

15.20. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

15.20.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

15.20.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

15.20.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

15.20.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

15.20.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

16. DA ADESÃO

16.1. A adesão à Ata de Registro de Preço será regida nos termos do artigo nº 124 do Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024, o qual estabelece:

Art. 124. A utilização de ata de registro de preço por órgão não participante está sujeita à prévia autorização do órgão gerenciador.

§ 1º A autorização do órgão gerenciador deverá levar em consideração a observância dos limites individual e global previstos neste decreto, além da necessidade de garantia da capacidade de fornecimento e observância da economia de escala.

§ 2º O limite individual de cada órgão ou entidade não participante será de um aumento de 50% do quantitativo registrado, ressalvado o disposto no art. 86, § 7º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 3º O conjunto de solicitações de adesão, independentemente do órgão ou entidade solicitante, não poderá exceder ao limite global de duas vezes o quantitativo registrado.

§ 4º A garantia da capacidade de fornecimento deverá ser demonstrada por meio de expressa autorização do fornecedor ou prestador de serviço registrado na qual esteja consignada o compromisso de não descontinuar ou prejudicar a concretização do quantitativo registrado a despeito da adesão solicitada.

§ 5º As solicitações de adesão deverão ser formalizadas por meio de requerimento específico instruído em processo administrativo próprio com os seguintes documentos:

I - documento que ateste a equivalência do objeto registrado com a necessidade administrativa do órgão não participante;

II - nota de reserva orçamentária do recurso necessário a fazer face à despesa decorrente da adesão;

III - demonstração da vantajosidade dos preços registrados por meio da realização de pesquisa de mercado com amplitude e diversidade de fontes;

IV - autorização expressa do órgão gerenciador;

V - autorização expressa do fornecedor ou prestador de serviço registrado nos moldes previstos no § 4º deste artigo.

§ 6º A solicitação de adesão deverá estabelecer de forma clara o quantitativo do objeto que se pretende contratar, com base em técnicas estimativas que considerarão, quando possível, o histórico de consumo e a perspectiva de aumento ou redução da demanda.

§ 7º Os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado de Rondônia poderão aderir à Ata de Registro de Preços - ARP dos órgãos e entidades da União, dos Estados-Membros e do Distrito Federal, desde que os preços sejam compatíveis com os praticados no mercado e seja demonstrada a

vantagem da adesão.

§ 8º É vedada a adesão à Atas de Registro de Preços gerenciadas por Municípios.

16.2. Nos termos do Artigo 124 do Decreto Estadual 28.874/2024, esta Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

16.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

16.4. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e aos órgãos participantes.

16.5. O conjunto de solicitações de adesão, independentemente do órgão ou entidade solicitante, não poderá exceder ao limite global de duas vezes o quantitativo registrado.

17. HIPÓTESES DE ALTERAÇÃO DE PREÇOS E EXTINÇÃO PREMATURA DA ATA DE REGISTRO

17.1. Os preços registrados poderão ser revisto em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, observada a instrução processual respectiva, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, conforme disposto no art. 133 do Decreto

Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

17.2. Os preços registrados serão mantidos inalterados por todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços - ARP, admitida sua revisão para majorar ou minorar os preços registrados em casos excepcionais, nas hipóteses legais e considerando os preços vigentes de mercado.

17.3. A revisão de preços precederá de requerimento:

I - do detentor da ata, que deverá fazê-la antes do pedido de fornecimento e, instruindo seu pedido com documentação probatória de majoração de preço do mercado e a oneração de custos; ou

II - pelo órgão participante ou órgão interessado, comprovando por meio de pesquisas de preços que há minoração do valor originalmente registrado.

17.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador convocará o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado e, caso este não aceite a redução dos seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas, nos termos do art. 134, § 1º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

17.5. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital, nos termos do art. 135, § 2º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

17.6. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no art. 135, § 2º do Decreto Estadual nº 28.874/2024, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

17.7. Caso comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, poderá ser efetuada a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

17.8. O órgão gerenciador, em alternativa à atualização prevista no item 5.6 desta Ata de Registro de Preços, poderá liberar o fornecedor do compromisso sem aplicação de penalidades, convocando, posteriormente, os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

17.9. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

17.10. O cancelamento do preço registrado, em conformidade com o artigo 136 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, poderá ocorrer por fato superveniente decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

17.11. O preço registrado, em atenção ao estabelecido pelo art. 136, inc. I a V do Decreto Estadual nº 28.874/2024, também poderá ser cancelado quando o fornecedor descumprir total ou parcialmente as condições previstas na Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, não aceitar reduzir o seu preço registrado na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado ou sofrer sanção prevista na forma do Decreto Estadual nº 28.874/2024 em seu Capítulo VIII.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica.

18.2. Será divulgada ata da sessão pública nos sistemas eletrônicos:

<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> e no no site <https://consulta.detran.ro.gov.br/>.

18.3. As disposições atinentes à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento deverão ser observadas no Anexo I - Termo de Referência deste Edital.

18.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

18.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

18.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

18.10. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

18.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos endereços eletrônicos: <https://consulta.detran.ro.gov.br/> e <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>.

18.12. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

18.13. A Administração convocará regularmente o interessado para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da data da convocação, para no local indicado, firmar o instrumento de Contrato, nas condições estabelecidas no respectivo Termo de Referência e Edital de licitação sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90 da Lei n.º 14.133/21.

19. DOS ANEXOS

19.1. Fazem parte deste instrumento convocatório, que serão juntados no sistema compras.gov, os seguintes documentos:

ANEXO I - Termo de Referência e matriz de risco (73078037, 0065404777);

ANEXO II - Quadro Estimativo de Preços (69813969);

ANEXO III - Carta Proposta (69956639);

ANEXO IV - Dados do representante (0065301927);

ANEXO V - Minuta da Ata de Registro de Preços (0065302321);

ANEXO VI - Solicitação de Adesão a ata de Registro de Preços (0065302482).

Diane Keli A. Tiago
Pregoeira interina - DETRAN-RO
Processo SEI 0010.021382/2026-33



Documento assinado eletronicamente por **DIANE KELI ALVES TIAGO**, **Membro**, em 23/06/2026, às 11:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Ricardo Rocha Dos Santos**, **Diretor(a) Geral**, em 23/06/2026, às 16:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **73613685** e o código CRC **6843025A**.

Referência: Caso responda este Edital, indicar expressamente o Processo nº 0010.023154/2025-17

SEI nº 73613685



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN
Núcleo de Aquisições e Contratações - DETRAN-NAC

TERMO DE REFERÊNCIA

IDENTIFICAÇÃO

Unidade Orçamentária: Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/RO

Unidade Administrativa: Coordenadoria de Educação para a Segurança e Cidadania no Trânsito - COEST e Gerência de Escrituração, Registro e Controle Escolar - DETRAN-GERERC

Unidade Requisitante: Escola Pública de Trânsito - DETRAN-EPTRAN; Coordenadoria de Formação e Aperfeiçoamento - COFAP

1. DA INTRODUÇÃO E BASE LEGAL

O presente Termo de Referência visa trazer a definição do objeto e elementos necessários e essenciais à sua perfeita contratação e execução, objetivando **Registro de Preço para Eventual e Futura aquisição de material de Distribuição Gratuita (Antena corta pipa, Bicicleta para adulto ARO 26, Bicicleta para adulto ARO 29, Bicicleta infantil juvenil ARO 20, Bicicleta infantil ARO 16, Capacete de Motociclista, Capacete para ciclismo adulto, capacete para ciclismo infantil, sinalizador de LED para Bicicleta, Viseira de Capacete)** para atendimento de demandas da Escola Pública de Trânsito e Coordenadoria de Formação e Aperfeiçoamento, especificamente no Projeto Agente Mirim da Cidadania no Trânsito, Projeto Jovem Condutor Mais Consciente e alunos matriculados em cursos especializados na Escola.

A contratação de Pessoa Jurídica para a aquisição do objeto do presente Termo de Referência encontra amparo legal nos seguintes dispositivos:

Lei Federal nº 14.133/2021, Art. 6º, Inciso XXIII, XLI, XLV combinado com o art. 47 e Inciso XXI do Art. 37 da Constituição Federal;

Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024, que regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Rondônia, com fundamento na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Lei Complementar nº 123/2006 que Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

2. DA DEFINIÇÃO DO DO OBJETO, OBJETIVO E QUANTITATIVO

2.1. Do Objeto

2.1.1. Constitui objeto da presente demanda o **Registro de Preço para Eventual e Futura aquisição de material de Distribuição Gratuita (Antena corta pipa, Bicicleta para adulto ARO 26, Bicicleta para adulto ARO 29, Bicicleta infantil juvenil ARO 20, Bicicleta infantil ARO 16, Capacete de Motociclista, Capacete para ciclismo adulto, capacete para ciclismo infantil, sinalizador de LED para Bicicleta, Viseira de Capacete)** para atendimento de demandas da Escola Pública de Trânsito e Coordenadoria de Formação e Aperfeiçoamento, especificamente no Projeto Agente Mirim da Cidadania no Trânsito, Projeto Jovem Condutor Mais Consciente e alunos matriculados em cursos especializados na Escola, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

2.2. Do Objetivo

2.2.1. Os objetos constantes no item 4.1 do DFD/DETRAN-COESCT ID SEI nº (0062035074) e no item 5.1 do DFD/DETRAN-GERERC ID SEI nº (0062083190) tem como objetivo subsidiar o reforço e intensificação nas Ações Educativas de Trânsito no Estado de Rondônia contribuindo para o desenvolvimento de cidadãos capazes de atuar na construção e na melhoria da mobilidade e segurança nos espaços públicos, devendo ser usada como brindes e também divulgar frases relativas a Educação de Trânsito contribuindo para a conscientização para um trânsito melhor.

2.2.2. As pretensas aquisições têm como finalidade atender às demandas da Escola Pública de Trânsito (EPT) em seus cursos ofertados em municípios de nosso Estado, contribuindo no aprendizado de nossos alunos quanto a importância da utilização de equipamentos de segurança, estimulando estes a uma continuada e maior qualificação, sendo estes premiados com brindes doados pela Escola. Cursos estes que atendem a população externa e servidores dos Órgão, atendendo na formação inicial e continuada de profissionais/cidadãos que integram nosso trânsito, contribuindo com um trânsito mais seguro e de qualidade, objetivo maior da Escola. Atendendo ainda aos Projetos Agente Mirim da Cidadania no Trânsito e Projeto Jovem Condutor Mais Consciente.

2.3. Das Especificações Técnicas/Das Quantidades do Objeto

2.3.1. A estimativa do quantitativo da presente contratação e as especificações dos objetos a serem adquiridas estão em conformidade com o **Documento de Oficialização de Demanda 1/COESCT ID SEI nº (0062035074), DFD nº 7/GERERC ID SEI nº (0062083190) e Adendo de aglutinação DFD 01 (COESCT) ID SEI nº (0062528145).**

2.3.2. As especificações e quantidades a serem adquiridas estão dispostas nas tabela a seguir:

Das Especificações Técnicas/Quantidades do Objeto ID SEI nº (0063610822) item 3 do ETP

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNID. DE MEDIDA	QUANT. TOTAL
01 (Exclusivo EPP/EPP)	<p>Antena corta pipa: deverá possuir selo INMETRO, Aparador de linhas anticerol com haste em aço inox, retrátil (estágios de altura) com acabamento superficial resistente à corrosão, sem arestas, com formas arredondas e base dobrável.</p> <p>Garantia: mínimo de 3 (três) meses de fabricação.</p>	UNIDADE	1.600
02	<p>Bicicleta para adulto ARO 26: deverá possuir selo INMETRO, quadro de aço, aros de alumínio, guidão de ferro alto, pedal de plástico com refletor, rodas com refletores, acento MTB de espuma, descanso, marcha de no mínimo 21 velocidades, bem como todos os dispositivos e acessórios exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro - CTB (exceto capacete). Plotagem com o logo do DETRAN/RO no quadro da bicicleta, devendo o tamanho se adequar ao tamanho do objeto (A arte será encaminhada junto a Nota de Empenho ou documento similar).</p> <p>Cores:</p> <p>Cor Azul, Branca, Verde, Vermelha ou Amarela a definir no momento da Ordem de Fornecimento ou documento similar.</p> <p>Garantia mínimo de 1 (um) ano de fabricação.</p>	UNIDADE	548
03	<p>Bicicleta para adulto ARO 29: deverá possuir selo INMETRO, freio V-Brake, quadro de aço, aros de alumínio, guidão de ferro alto, pedal de plástico com refletor, roda com refletores, acento MTB de espuma, descanso, marcha de no mínimo 21 velocidades, bem como todos os dispositivos e acessórios exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro - CTB (exceto capacete). Plotagem com o logo do DETRAN/RO no quadro da bicicleta, devendo o tamanho se adequar ao tamanho do objeto (A arte será encaminhada junto a Nota de Empenho ou documento similar).</p> <p>Cores:</p> <p>Cor Azul, Branca, Verde, Vermelha ou Amarela a definir no momento da Ordem de Fornecimento ou documento similar.</p> <p>Garantia mínimo de 1 (um) ano de fabricação.</p>	UNIDADE	533
04	<p>Bicicleta infanto-juvenil, aro 20: deverá possuir selo INMETRO, freio V-Brake, quadro de aço, Aros de alumínio, guidão de ferro alto, pedal de plástico com refletor, roda com refletores, acento MTB de espuma, descanso, macha com mínimo 18 velocidades, bem como todos os dispositivos e acessórios exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro - CTB (exceto capacete). Plotagem com o logo do DETRAN/RO no quadro da bicicleta, devendo o tamanho se adequar ao tamanho do objeto (A arte será encaminhada junto a Nota de Empenho ou documento similar).</p> <p>Cores:</p> <p>Cor Azul, Branca, Verde, Vermelha ou Amarela a definir no momento da Ordem de Fornecimento ou documento similar.</p> <p>Garantia mínimo de 1 (um) ano de fabricação.</p>	UNIDADE	413
05	<p>Bicicleta Infantil, aro 16: deverá possuir selo INMETRO, freio V-Brake, quadro de aço, Aros de alumínio, guidão de ferro alto, pedal de plástico com refletor, cobre corrente protetor, roda com refletores, acento MTB de espuma, sem marcha, com rodinhas, bem como todos os dispositivos e acessórios exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro - CTB (exceto capacete). Plotagem com o logo do DETRAN/RO no quadro da bicicleta, devendo o tamanho se adequar ao tamanho do objeto (A arte será encaminhada junto a Nota de Empenho ou documento similar).</p> <p>Cores:</p> <p>Cor Azul, Branca, Verde, Vermelha ou Amarela a definir no momento da Ordem de Fornecimento ou documento similar.</p> <p>Garantia mínimo de 1 (um) ano de fabricação.</p>	UNIDADE	248
06	<p>Capacete de Motociclista adulto: deverá possuir selo INMETRO, viseira em policarbonato, automática, engate rápido; espumas com densidade necessária para conforto e redução de impacto, casco em ABS; peso ultraleve; pintura de alta resistência, adesivos refletivos ao lado e atrás conforme regulamentado pelo CONTRAN. Plotagem com o logo do DETRAN/RO no capacete, devendo o tamanho se adequar ao tamanho do objeto (A arte será encaminhada junto a Nota de Empenho ou documento similar).</p> <p>Cores e tamanho:</p> <p>Cores Azul ou Preta a definir no momento da Ordem de Fornecimento ou documento similar.</p> <p>Tamanho de 56 a 62 a definir no momento da Ordem de Fornecimento ou documento similar.</p> <p>Garantia mínimo de 1 (um) ano de fabricação</p>	UNIDADE	780
07	<p>Capacete para ciclismo adulto: adesivos refletivos, sistema de ventilação, acomodação perfeita à cabeça, jogo extra de espumas, material leve e com maior segurança contra impactos, espuma revertida com material resistente. Tamanho único – adulto. Plotagem com o logo do DETRAN/RO no capacete, devendo</p>	UNIDADE	1.163

	o tamanho se adequar ao tamanho do objeto (A arte será encaminhada junto a Nota de Empenho ou documento similar). Cores: Cor Azul, Verde, Vermelha ou Amarela a definir no momento da Ordem de Fornecimento ou documento similar. Garantia de no mínimo de 1 ano contra defeito de fabricação.		
08 (Exclusivo EPP/EPP)	Capacete para ciclismo Infantil: adesivos refletivos, sistema de ventilação, acomodação perfeita à cabeça, jogo extra de espumas, material leve e com maior segurança contra impactos, espuma revertida com material resistente. Tamanho único – Infantil. Plotagem com o logo do DETRAN/RO no capacete, devendo o tamanho se adequar ao tamanho do objeto (A arte será encaminhada junto a Nota de Empenho ou documento similar). Cores: Cor Azul, Verde, Vermelha ou Amarela a definir no momento da Ordem de Fornecimento ou documento similar. Garantia de no mínimo de 1 ano contra defeito de fabricação.	UNIDADE	660
09	Sinalizador de led para bicicleta: par (dianteiro e traseiro), com dois leds luz de segurança em cada um, com o dianteiro na cor branca e o traseiro na cor vermelha, ambos contendo alimentação em bateria CR2032 com autonomia mínima de 50h no modo ligado, modos sendo piscante devagar (luz de alerta), piscante rápido (luz intermitente) e luz sempre ligada (fixa), com botão liga/desliga, confeccionado em material plástico e silicone, resistente a água, chuva e tempo quente. Para utilização no guidão, canote, garfo, entre outros, de fácil instalação apenas encaixar. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação.	PARES	1.740
10 (Exclusivo EPP/EPP)	Viseira de Capacete: deverá possuir selo INMETRO, Viseira com espessura mínima 0,8mm, cor cristal, compatível com os capacetes de marcas San Marino, Protork Sport Moto ou similares, transparente.	UNIDADE	1.600
11 (Reserva de cota do item 2)	Bicicleta para adulto ARO 26: deverá possuir selo INMETRO, freio V-Brake, quadro de aço, aros de alumínio, guidão de ferro alto, pedal de plástico com refletor, rodas com refletores, acento MTB de espuma, descanso, marcha de no mínimo 21 velocidades, bem como todos os dispositivos e acessórios exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro - CTB (exceto capacete). Plotagem com o logo do DETRAN/RO no quadro da bicicleta, devendo o tamanho se adequar ao tamanho do objeto (A arte será encaminhada junto a Nota de Empenho ou documento similar). Cores: Cor Azul, Branca, Verde, Vermelha ou Amarela a definir no momento da Ordem de Fornecimento ou documento similar. Garantia mínimo de 1 (um) ano de fabricação.	UNIDADE	182
12 (Reserva de cota do item 3)	Bicicleta para adulto ARO 29: deverá possuir selo INMETRO, freio V-Brake, quadro de aço, aros de alumínio, guidão de ferro alto, pedal de plástico com refletor, roda com refletores, acento MTB de espuma, descanso, marcha de no mínimo 21 velocidades, bem como todos os dispositivos e acessórios exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro - CTB (exceto capacete). Plotagem com o logo do DETRAN/RO no quadro da bicicleta, devendo o tamanho se adequar ao tamanho do objeto (A arte será encaminhada junto a Nota de Empenho ou documento similar). Cores: Cor Azul, Branca, Verde, Vermelha ou Amarela a definir no momento da Ordem de Fornecimento ou documento similar. Garantia mínimo de 1 (um) ano de fabricação.	UNIDADE	177
13 (Reserva de cota do item 4)	Bicicleta infanto-juvenil, aro 20: deverá possuir selo INMETRO, freio V-Brake, quadro de aço, Aros de alumínio, guidão de ferro alto, pedal de plástico com refletor, roda com refletores, acento MTB de espuma, descanso, macha com mínimo 18 velocidades, bem como todos os dispositivos e acessórios exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro - CTB (exceto capacete). Plotagem com o logo do DETRAN/RO no quadro da bicicleta, devendo o tamanho se adequar ao tamanho do objeto (A arte será encaminhada junto a Nota de Empenho ou documento similar). Cores: Cor Azul, Branca, Verde, Vermelha ou Amarela a definir no momento da Ordem de Fornecimento ou documento similar. Garantia mínimo de 1 (um) ano de fabricação.	UNIDADE	137
14 (Reserva de cota do item 5)	Bicicleta Infantil, aro 16: deverá possuir selo INMETRO, freio V-Brake, quadro de aço, Aros de alumínio, guidão de ferro alto, pedal de plástico com refletor, cobre corrente protetor, roda com refletores, acento MTB de espuma, sem marcha, com rodinhas, bem como todos os dispositivos e acessórios exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro - CTB (exceto capacete). Plotagem com o logo do DETRAN/RO no quadro da	UNIDADE	82

	<p>bicicleta, devendo o tamanho se adequar ao tamanho do objeto (A arte será encaminhada junto a Nota de Empenho ou documento similar).</p> <p>Cores:</p> <p>Cor Azul, Branca, Verde, Vermelha ou Amarela a definir no momento da Ordem de Fornecimento ou documento similar.</p> <p>Garantia mínimo de 1 (um) ano de fabricação.</p>		
15 (Reserva de cota do item 6)	<p>Capacete de Motociclista adulto: deverá possuir selo INMETRO, viseira em policarbonato, automática, engate rápido; espumas com densidade necessária para conforto e redução de impacto, casco em ABS; peso ultraleve; pintura de alta resistência, adesivos refletivos ao lado e atrás conforme regulamentado pelo CONTRAN. Plotagem com o logo do DETRAN/RO no capacete, devendo o tamanho se adequar ao tamanho do objeto (A arte será encaminhada junto a Nota de Empenho ou documento similar).</p> <p>Cores e tamanho:</p> <p>Cores Azul ou Preta a definir no momento da Ordem de Fornecimento ou documento similar.</p> <p>Tamanho de 56 a 62 a definir no momento da Ordem de Fornecimento ou documento similar.</p> <p>Garantia mínimo de 1 (um) ano de fabricação</p>	UNIDADE	260
16 (Reserva de cota do item 7)	<p>Capacete para ciclismo adulto: adesivos refletivos, sistema de ventilação, acomodação perfeita à cabeça, jogo extra de espumas, material leve e com maior segurança contra impactos, espuma revertida com material resistente. Tamanho único – adulto. Plotagem com o logo do DETRAN/RO no capacete, devendo o tamanho se adequar ao tamanho do objeto (A arte será encaminhada junto a Nota de Empenho ou documento similar).</p> <p>Cores:</p> <p>Cor Azul, Verde, Vermelha ou Amarela a definir no momento da Ordem de Fornecimento ou documento similar.</p> <p>Garantia de no mínimo de 1 ano contra defeito de fabricação.</p>	UNIDADE	387
17 (Reserva de cota do item 9)	<p>Sinalizador de led para bicicleta: par (dianteiro e traseiro), com dois leds luz de segurança em cada um, com o dianteiro na cor branca e o traseiro na cor vermelha, ambos contendo alimentação em bateria CR2032com autonomia minima de 50h no modo ligado, modos sendo piscante devagar (luz de alerta), piscante rápido (luz intermitente) e luz sempre ligada (fixa), com botão liga/desliga, confeccionado em material plástico e silicone, resistente a água, chuva e tempo quente. Para utilização no guidão, canote, garfo, entre outros, de fácil instalação apenas encaixar.</p> <p>Garantia de no minimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação.</p>	PARES	580

2.4. Justificativa da Necessidade de Marchas nas bicicletas

2.4.1. Com base na Lei nº 14.133/21, em especial ao princípio da eficiência, justificamos a necessidade de marchas nas bicicletas tendo em vista que possibilita ao ciclista ajustar a força exigida para pedalar de acordo com o terreno e a carga transportada. Em subidas, marchas leves reduzem o esforço físico, enquanto em terrenos planos ou descidas, marchas mais pesadas aumentam a velocidade com menos pedaladas. Isso melhora o desempenho, a segurança e o conforto do usuário, além de preservar a integridade física do ciclista e da bicicleta, reduzindo o desgaste de componentes e a necessidade de manutenção frequente. Portanto, bicicletas com marchas são mais versáteis, eficientes e adequadas para diferentes condições de uso.

2.5. Justificativa das Quantidades - COESCT

2.5.1. A estimativa do quantitativo do presente DFD, tem como objetivo suprir as necessidades dos materiais pelo período de 01 (um) ano, e o mecanismo para angariar os quantitativos está fundamentado no histórico de consumo de exercício de 2024, conforme Ordens de Fornecimentos constantes no Processo Administrativo nº 0010.007958/2024-98 e 0010.061888/2024-13.

2.5.2. A quantidade de reserva técnica tem como objetivo garantir a continuidade das atividades e ações desenvolvidas pela Escola Pública de Trânsito proporcionando uma margem de segurança para o uso eficiente.

QUADRO 02

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	ANO 2024 (a)	RESERVA TÉCNICA 10% (b)	TOTAL PARA AQUISIÇÃO (c): a + b
1	Antena corta pipa	Unidade	1000	100	1.100
2	Bicicleta para adulto ARO 26	Unidade	600	60	660
3	Bicicleta para adulto ARO 29	Unidade	600	60	660
4	Bicicleta infanto-juvenil, aro 20	Unidade	500	50	550
5	Bicicleta Infantil, aro 16	Unidade	300	30	330
6	Capacete de Motociclista	Unidade	900	90	990
7	Capacete para ciclismo adulto	Unidade	1.300	130	1.430
8	Capacete para ciclismo Infantil	Unidade	600	60	660

9	Sinalizador de LED para bicicleta	Pares	1.600	160	1760, entretanto, tendo em vista que os sinalizadores são acessórios para as bicicletas, justificamos o quantitativo total de 2.200 , tendo em vista o somatório total das bicicletas constante nos itens 2, 3, 4 e 5
10	Viseira de Capacete	Unidade	1000	100	1.100

2.6. Da justificativa das Quantidades GERERC

2.7. As quantidades solicitadas visam atender alunos devidamente matriculados nos cursos realizados pela Escola Pública de Trânsito - DETRAN/RO, e alunos do **Projeto Agente Mirim da Cidadania no Trânsito e Projeto Jovem Condutor Mais Consciente, como forma de brinde ou premiação.**

2.8. A projeção do quantitativo informado no presente DFD, tem como objetivo suprir as necessidades da Escola Pública de Trânsito/Coordenadoria de Formação e Aperfeiçoamento, em forma de brinde e premiação, pelo período de 01 (um) ano, atendendo aos alunos regularmente matriculados na Escola e alunos de nossos Projetos acima destacados

2.9. A pretensa aquisição é a primeira para atendimento do acima destacado, por este motivo não existe histórico de consumo de exercícios anteriores, sendo distribuído da seguinte forma: Documento de Oficialização de Demanda 7 (0062083190):

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE TOTAL	DISTRIBUIÇÃO QUANTIDADE/UN		
			ALUNOS CURSOS ESCOLA	PROJETO AGENTE MIRIM	PROJETO JOVEM CONDUTOR
1	Antena corta pipa	500	500	0	0
2	Bicicleta para adulto ARO 26	70	25	20	25
3	Bicicleta para adulto ARO 29	50	25	0	25
4	Capacete de Motociclista adulto	50	50	0	0
5	Capacete para ciclismo adulto	120	50	20	50
6	Sinalizador de LED para bicicleta:	120	50	20	50
7	Viseira de Capacete	500	500	0	0

2.10. O método de aferição das quantidades foi efetivado considerando o disposto § 1º, inciso IV, do artigo 18º e art. 40 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.11. A estimativa do quantitativo da presente contratação e as especificações dos objetos a serem adquiridas estão em conformidade com o **Documento de Oficialização de Demanda 1/COESCT ID SEI nº (0062035074) e DFD 7/GERERC ID SEI nº (0062083190) e Adendo de aglutinação DFD 01/COESCT ID SEI nº (0062528145).**

2.12. Metodologia de Dimensionamento e Memória de Cálculo

2.12.1. A definição dos quantitativos descritos para cada item deste Termo de Referência e para o Item 3.3 do Estudo Técnico Preliminar (ETP) fundamenta-se em planejamento técnico-pedagógico estruturado sobre o cronograma de execução dos Projetos Educativos contínuos da Escola Pública de Trânsito (EPTRAN) e da Coordenadoria de Formação e Aperfeiçoamento (COFAP). O dimensionamento baseia-se na média histórica de alunos matriculados e na projeção de novas turmas para os Projetos 'Agente Mirim' e 'Jovem Condutor', com capilaridade em Porto Velho e nas Circunscrições Regionais de Trânsito (CIRETRANS), conforme parâmetros fixados no Documento de Formalização da Demanda (ID 0062083190).

2.12.2. Como critério de segurança operacional e continuidade do serviço público, utilizou-se como parâmetro o histórico consolidado de consumo e distribuição do Processo SEI nº 0010.038825/2023-82, acrescido de uma reserva técnica de 10% (dez por cento), destinada ao atendimento de demandas sazonais e metas de expansão educacional. A aglutinação das demandas das unidades requisitantes atende ao disposto no Art. 34, incisos V e VII do Decreto Estadual nº 28.874/2024, visando a maximização da economia de escala e garantindo que o valor global estimado reflita preços unitários obtidos mediante ampla competitividade, superiores em economicidade a aquisições fracionadas."

3. DA CLASSIFICAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

3.1. Os materiais enquadram-se na **classificação de bens comuns, nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei 14.133/2021**, visto que detêm especificações técnicas conhecidas e usualmente utilizadas no mercado, não havendo grandes variações qualitativas que demandem análise específica e diferenciada do particular que pretende contratar com a Administração.

3.2. Desta forma, a estrutura procedimental da modalidade pregão, menos formalista e mais célere, não afeta a análise da qualidade do objeto licitado nem importa em prejuízos ao interesse público, entendimento que encontra amparo nos Acórdãos do TCU nº 313/2004 – Plenário e nº 2.594/2005 – Primeira Câmara e também adotado em contratações similares celebradas por outros órgãos da Administração Pública.

4. DA FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. Justificativa da Necessidade

4.1.1. Objetivando atender à Lei nº 13.614/2018, a qual criou o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATRANS) e estabeleceu um novo desafio para a gestão do trânsito no país, a todos os órgãos que compõem o Sistema Nacional de Trânsito - SNT, afixando diretrizes para redução, em no mínimo 50%, do índice nacional de mortos por grupo de veículos e do índice nacional de mortos por grupo de habitantes nas rodovias municipais, estaduais e federais, com um prazo de 10 anos.

4.1.2. Integrando o SNT, a Escola Pública de Trânsito - EPT do DETRAN/RO realiza, de forma continuada, trabalhos com o objetivo de orientar, educar e reeducar os cidadãos rondonienses, acreditando na transformação de comportamento dos usuários das vias: pedestres, ciclistas, motociclistas e motoristas, sempre com foco na redução de acidentes de trânsito e na certeza de que a educação de trânsito contribuirá para a preservação da vida, promovendo um trânsito mais seguro para todos.

4.1.3. A presente aquisição dos materiais de distribuição gratuita, objeto desta proposta, visa atender às ações de educação de trânsito, cumprindo, assim, o que está estabelecido no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), artigos 1º, §§ 2º, 3º e 5º.

4.1.4. Nesse diapasão, os materiais delineados no item 4.1 ID SEI nº 0062035074) do DFD e no item 5.2 do DFD ID SEI nº (0062083190) serão utilizados como premiação e brindes de forma gratuita, atendendo às campanhas educativas e projetos educacionais da Escola Pública de Trânsito, que ocorrerão de maneira continuada durante todo o ano. Tais ações atendem aos mais diversos públicos e faixas etárias (infantil, infanto-juvenil, jovem e adulto), passando por um processo de revitalização, contribuindo ainda mais com a educação de trânsito. As principais campanhas, projetos e produtos são:

4.1.5. Campanhas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN);

4.1.6. Campanhas estabelecidas pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB);

4.1.7. Campanhas permanentes do DETRAN/RO;

4.1.8. Projetos educacionais para o trânsito;

4.1.9. Destacamos ainda o atendimento ao Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATRANS), especificamente na ação 4015 (Disseminar campanhas educativas de trânsito, preferencialmente associadas às ações de fiscalização e engenharia, com base nas diretrizes definidas pelo CONTRAN e produto 4044 (Campanhas Educativas de trânsito com foco no uso de transportes mais sustentáveis).

4.1.10. A utilização dos brindes e prêmios se faz necessário tendo em vista que aproxima e promove uma maior interação entre a Escola Pública de Trânsito e o público, facilitando o trabalho de conscientização do tema Educação de Trânsito. Imperioso registrar que este DETRAN anualmente prospecta a abertura de processo licitatório para a aquisição desses objetos, contudo, a ARP nº 01/2023 se encontra vencida, deste 06/12/2024 conforme ID SEI nº (0044131047), acostado nos autos do Processo Administrativo ID SEI nº 0010.038825/2023-82.

4.1.11. A contração atende a **Resolução CONTRAN 929/2022**, o **artigo 2º** dispõe que a **Escola Pública de Trânsito (EPT)** destina-se a **promover a Política Nacional de Trânsito (PNT) e executar ações e cursos voltados para o exercício da cidadania, mobilidade e segurança no trânsito**.

4.1.12. Adicionalmente, o **Parágrafo Único** afirma que:

4.1.13. *“Os órgãos executivos de trânsito dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios deverão criar, implantar e manter EPTs destinadas à educação de crianças e adolescentes, por meio de aulas teóricas e práticas sobre legislação, sinalização e comportamento no trânsito.”*

4.1.14. Destacamos que os objetos da pretensa aquisição serão utilizados como premiação e brindes, atendendo aos cursos e eventos realizados pela Escola Pública de Trânsito, que acontecem conforme calendário anual e qualifica em média 7.000 (sete mil) alunos/profissionais. Os cursos capacitam profissionais que são multiplicadores na formação de novos condutores contribuindo na formação de cidadãos mais conscientes, responsáveis e aptos a exercer uma mobilidade segura e responsável. Atende também ao **Projeto Agente Mirim da Cidadania no Trânsito**, projeto piloto 0010.014977/2025-51 que atende em média de 100 (cem) alunos de uma Escola Estadual de Ensino Fundamental da Rede Pública, devendo nos próximos exercícios ser expandido a outras escolas de nosso município e também interior do Estado, projeto este devidamente aprovado pela Direção desta Autarquia. Outro Projeto contemplado com a pretensa aquisição é o **Projeto Jovem Condutor Mais Consciente** 0010.004743/2025-04, também um de nossos Projetos Piloto com possibilidades de expansão o qual objetiva atingir 800 (oitocentos) alunos do ensino médio da rede de ensino de nossa capital.

4.1.15. Assim, essa iniciativa aprimora a experiência dos participantes, cumpre os requisitos normativos e reforça o compromisso do Detran na promoção de uma cultura de trânsito mais segura e cidadã.

5. DA JUSTIFICATIVA PARA REGISTRO DE PREÇOS

5.1. O Sistema de Registro de Preços, de modo geral, é um procedimento auxiliar das licitações que serve para registrar os preços de fornecedores para compras futuras do poder público. Trata-se de uma maneira de seguir o princípio da economicidade, já que o uso desse sistema propicia à administração ganho econômico nas compras públicas em escala, uma vez que os licitantes tendem a ofertar melhores preços e diminuir suas margens de lucro, a depender do quantitativo a ser registrado pela Administração Pública.

5.2. Ademais, a escolha pelo Sistema de Registro de Preços poderá viabilizar a participação de outros órgãos interessados em aderir na origem, através da Intenção de Registro de Preços, podendo elevar ainda mais o quantitativo da licitação.

5.3. Marçal Justen Filho, comentando o tema, assevera que:

5.4. *“O sistema de Registro de Preços (SRP) é uma das mais úteis e interessantes alternativas de gestão de contratações colocada à disposição da Administração Pública. (...) A sistemática do registro de preços possibilita uma atuação rápida e imediata da Administração Pública, com observância ao princípio da isonomia e garantindo a persecução objetiva da contratação mais vantajosa.”*[1]

5.5. O procedimento de registro de preços tem vistas a reduzir os custos procedimentais da aquisição, por meio da racionalização. Salutar, neste momento, renovar a consulta à sede doutrinária, quando expressa:

5.6. *“Consiste num procedimento especial a ser adotado, que agiliza as aquisições na área pública, permitindo que os fornecimentos sejam feitos sem grandes entraves burocráticos, adaptados às contingências da vida moderna, eliminando uma série de medidas supérfluas e desnecessárias.*

5.7. A licitação, nesse caso, destina-se a selecionar fornecedor e proposta para contratações não específicas, seriadas, que poderão ser realizadas durante certo período, por repetidas vezes, quantas vezes a administração o desejar.

5.8. Nesse diapasão, é inviável operacionalmente à aquisição de todos os bens de uma só vez, o armazenamento do referido material é desaconselhável, sendo o fornecimento mediante o Sistema de Registro de Preços a opção mais adequada tendo em vista que é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos a aquisição de bens para contratações futuras.

5.9. Dentre os diversos argumentos que justificam a adoção dessa estratégia de compras, ressalta-se a redução do esforço administrativo para a realização de diversos processos licitatórios, sendo que a execução conjunta culmina em um único certame. Tal fato implica, diretamente, redução dos custos operacionais da Administração e na redução dos custos operacionais dos sistemas de controle da administração, sem prejuízo dos ditames do ordenamento acerca das contratações públicas, tal qual o sistema just in time, utilizado por grandes empresas e fábricas e recomendada pela Administração.

5.10. Além disso, cumpre propor menção especial ao ganho de economia de escala, que retorna em economia de recursos para os cofres públicos. Ao prospectar grandes volumes licitados, a Administração Pública amplia seu poder de compra junto aos fornecedores e consegue reduções consideráveis de preços, fato que certamente não ocorreria se o certamente fosse de forma isolada.

5.11. No Estado de Rondônia, por força dos incisos I e II, do art. 116 do Decreto nº 28.874/2024, o Registro de Preços será adotado preferencialmente, quando, pelas características do objeto, houver a necessidade de contratações sucessivas e for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas.

5.12. No presente caso, a aquisição dos objetos em questão relaciona-se com a utilização dos brindes e prêmios, que se faz necessário tendo em vista que aproxima e promove uma maior interação entre a Escola Pública de Trânsito e o público, facilitando o trabalho de conscientização do tema Educação de Trânsito. Imperioso registrar que este DETRAN anualmente prospecta a abertura de processo licitatório para a aquisição desses objetos, contudo, a ARP nº 01/2023 se encontra vencida, deste 06/12/2024 conforme ID SEI nº (0044131047), o que, se não fosse por meio do sistema de registro de preços demonstraria ineficiência na eleição da forma de contratação em afronta ao princípio da eficiência.

5.13. Além do que, dada as diversas unidades administrativas deste DETRAN/RO, ensejando uma logística complexa na entrega nas unidades, torna-se mais vantajoso para a Administração a contratação de forma parcelada, sem contudo, ter que reprisar os morosos procedimentos de seleção (licitação).

6. DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia - DETRAN/RO, será o órgão responsável pelos atos de administração, controle e gerenciamento da Ata de Registro de Preços.

7. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O prazo de vigência do Registro de Preços será de 01 (um) ano contados a partir da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Estado de Rondônia, podendo ser prorrogado o prazo à interesse da Administração, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, em consonância ao art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como renovado as quantidades prevista neste instrumento.

8. DO PEDIDO MÍNIMO PARA CADA ORDEM DE FORNECIMENTO

8.1. Em conformidade ao disposto no inciso IV do art. 121 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, o quantitativo mínimo para cada ordem de fornecimento a ser exarada pelo órgão gerenciador, participante ou não participante deverá ser da forma descrita abaixo:

8.2. Órgão gerenciador, participante:

8.3. Até 100 (cem) unidades registradas a ordem de fornecimento mínima será de 01 (uma) unidade;

8.4. Acima de 100 (cem) unidades registradas a ordem de fornecimento mínima será de 05 (cinco) unidades.

8.5. Órgão não participante:

8.6. A ordem de fornecimento mínima será 01 (uma) unidade, independente quantitativo registrado.

9. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.0.1. A alteração da Ata de Registro de Preços deverá respeitar os dispostos nos arts. 132 a 135 do Decreto Estadual n.º 28.874/2024 e os arts. 124 ao 136 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

9.0.2. Conforme o art. 132 do Decreto Estadual n.º 28.874/2024, as eventuais alterações da ata de registro de preços não poderão acarretar aumento dos quantitativos registrados, inclusive, nas hipóteses previstas no art. 124 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Art. 132. As eventuais alterações da ata de registro de preços não poderão acarretar aumento dos quantitativos registrados, inclusive, nas hipóteses previstas no art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Parágrafo único. Os eventuais contratos decorrentes do registro de preços poderão ser alterados de acordo com as diretrizes da Lei Federal nº 14.133, de 2021, observando-se, quanto aos acréscimos e supressões, a aplicação do limite legal relativo ao contrato individualmente considerado, e não à ata de registro de preços.

9.0.3. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.

9.0.4. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

9.0.5. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, conforme o § 1º do art. 134 do Decreto Estadual n.º 28.874/2024.

9.0.6. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

9.0.7. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, conforme o art. 135 do Decreto Estadual n.º 28.874/2024 e deverá observar os seguintes requisitos:

Art. 135 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante requerimento devidamente instruído com a comprovação de fato superveniente que tenha ensejado a elevação dos preços que inviabilize o cumprimento das obrigações contidas na ata, desde que observados os seguintes requisitos:

I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

§ 1º A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

§ 2º Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

§ 4º Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

§ 5º Como alternativa à atualização prevista no parágrafo anterior, o órgão gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de qualquer penalidade.

§ 6º Liberado o fornecedor na forma do parágrafo anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado.

§ 7º Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

§ 8º Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

9.0.8. Em observância ao disposto no Art. 82, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, a Administração realizou análise técnica quanto à conveniência de estabelecer preços diferentes para o mesmo item. Fica decidido pela aplicação de preço único para todos os itens, independentemente do local de entrega nas unidades do DETRAN/RO em todo o Estado de Rondônia. Tal opção justifica-se pela busca da economia de escala, pela simplificação da gestão logística da Escola Pública de Trânsito (EPTRAN) e pelo entendimento de que o mercado de bicicletas e acessórios possui capilaridade suficiente para diluir eventuais custos de frete no valor global da proposta, garantindo maior eficiência administrativa e padronização na execução da Ata.

10. DOS REQUISITOS PARA ADEÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS "CARONA"

10.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas as condições e as regras estabelecidas na Lei Nº 14.133, de 2021.

10.2. A adesão a Ata possui características favoráveis desde que: apresente especificações dos serviços compatíveis com a necessidade supracitada neste ETP; valor do material condizente com os preços aplicados no mercado; possibilidade de aquisição do quantitativo que atendam a necessidade da corporação.

10.3. Nos termos do art. 124 do Decreto Estadual 28.874/2024, a Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas as condições e as regras estabelecidas na Lei Nº 14.133/2021.

10.4. É facultada aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais, a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Estadual, desde que está disponha do caráter anômalo, excepcional e não obrigatório.

10.5. A autorização do órgão gerenciador deverá levar em consideração a observância dos limites individual e global previstos no referido Decreto, além da necessidade de garantia da capacidade de fornecimento e observância da economia de escala.

10.6. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.8. A adesão à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.9. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preços.

11. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.0.1. O cancelamento do Registro de Preços será conforme o Art. 136 do Decreto Estadual n.º 28.874/2024.

Art. 136. O registro de preço de fornecedor ou prestador de serviço será cancelado quando:

I - for atestado o descumprimento das condições previstas na ata de registro de preços;

II - o contrato ou documento equivalente não for firmado no prazo estabelecido pela Administração;

III - o fornecedor ou prestador de serviço registrado não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aos preços praticados no mercado;

IV - estiverem presentes razões de interesse público; e

V - restar caracterizada a impossibilidade de concretização do objeto registrado em razão de caso fortuito ou força maior.

§ 1º O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador, após manifestação da fiscalização contratual.

§ 2º O disposto no § 3º do art. 139 poderá ser observado nas hipóteses de cancelamento do registro, sem prejuízo da prévia negociação para obtenção de condições mais vantajosas para a Administração.

12. DA JUSTIFICATIVA DE NÃO PUBLICAÇÃO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Intenção de Registro de Preços (IRP) tem como finalidade permitir à Administração tornar pública suas intenções de realizar Pregão ou Concorrência para Registro de Preços, com a participação de outros órgãos governamentais que tenham interesse em contratar o mesmo objeto, possibilitando auferir melhores preços por meio de economia de escala.

12.2. Quanto à obrigatoriedade de divulgação da IRP, registra-se que o Decreto nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024, abrandou tal exigência, como se observa a partir da leitura do seguinte dispositivo legal:

Art. 117º (...)

§ 2º A publicação da intenção de registro de preços poderá deixar de ocorrer, sempre de forma fundamentada, quando:

I - a natureza do objeto se relacionar exclusivamente ao órgão ou entidade responsável pelo certame;

II - excepcionalmente, se mostrar inviável a veiculação da intenção de registro de preços.

12.3. Assim, vislumbra-se que, embora seja regra a divulgação da Intenção de Registro de Preços pelos órgãos e entidades da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Rondônia, em razão da finalidade de tal procedimento, é perfeitamente cabível o seu afastamento, desde que haja justificativa adequada.

12.4. No caso desta Autarquia, optou-se pela não divulgação da presente IRP em virtude da ausência de estrutura administrativa satisfatória para fins de gerenciamento das Atas de Registro de Preços, bem como pela necessidade de realização e conclusão célere deste procedimento licitatório, o que não seria possível caso houvesse a divulgação da IRP, a qual poderia culminar na participação de outros órgãos da administração pública, levando esta instituição a qualidade de órgão gerenciador.

13. DA JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

13.1. A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto Art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como, Art. 42, inciso IV, do Decreto Estadual 58.874/2024, todavia é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica viável e economicamente vantajoso e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU).

13.2. Logo, a licitação deve ser realizada por item sempre que o objeto for divisível, visando propiciar a ampla participação de licitantes, e desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala.

13.3. Na presente demanda indica-se que seja realizada por **ITEM**, favorecendo assim a obtenção da proposta mais vantajosa para Administração, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado.

13.4. A aquisição com parcelamento por **ITEM** do presente objeto/solução se trata de método mais vantajoso para a Administração, tendo em vista que os itens isolados resguardam padronização de características, qualidade e utilização próprias, bem como desta forma se aumenta significativamente as possibilidades de amplitude da concorrência e sucesso da licitação.

13.5. O parcelamento permite ampliar a competitividade do certame, possibilitando a participação de um maior número de fornecedores, inclusive Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que podem se candidatar ao fornecimento de itens específicos, ainda que não tenham capacidade de atender ao objeto em sua totalidade. Essa estratégia favorece o princípio da isonomia e contribui para a obtenção de propostas mais vantajosas.

13.6. Dessa forma, o parcelamento da solução não apenas preserva a eficiência da contratação, como também potencializa os ganhos para a Administração. Ademais, encontra respaldo nos princípios da economicidade, da eficiência e da competitividade, razão pela qual se justifica sua adoção no âmbito do presente processo de registro de preços.

13.7. No presente caso, restou-se demonstrada tanto a viabilidade técnica quanto a vantagem econômica do parcelamento, reforçando sua adequação legal e administrativa.

14. DAS VEDAÇÕES

14.1. Da Vedação de Empresa sob Forma de Consórcio/Cooperativas

14.1.1. Fica vedada a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio em razão do objeto referenciado neste termo não caracterizar-se de grande porte, não exigir capacidade operacional especializada, não envolver questões de alta complexidade técnica ao ponto de haver necessidade de parcelamento da execução através de união de esforços e tampouco operacionalmente inviável ou superar a capacidade de uma única empresa para executar o objeto da licitação, portanto, não é o caso da aplicação do Art. 15 da Lei Federal 14.133/2021.

14.1.2. A vedação justifica-se pela baixa complexidade técnica e operacional da demanda, que não exige a união de esforços financeiros ou técnicos para sua execução. A admissão de consórcios em objetos de mercado comum poderia, inversamente ao pretendido, reduzir a competitividade ao permitir que empresas com capacidade individual de atendimento se unam, diminuindo o número de licitantes e prejudicando a obtenção da proposta mais vantajosa, conforme entendimento fixado no Acórdão 2633/2019-Plenário do TCU.

14.2. Da Vedação de Cooperativa e Associação

14.2.1. Fica **vedada** a participação de profissionais organizados sob a forma de cooperativa e associação na aquisição/contratação do objeto referenciado neste termo, em razão da necessidade de garantir qualidade, eficiência e segurança na execução, tendo em vista que a estrutura descentralizada das organizações acarretaria em riscos de variação na qualidade, ocasionando dificuldade de fiscalização individual do bens prestados e da responsabilização, comprometendo a uniformidade necessária para o sucesso da contratação. Portanto, não será aplicado o entendimento contido no art. 16 da Lei Federal 14.133/2021, visando garantir que a contratação seja feita de forma eficiente, transparente e dentro dos princípios da administração pública em cumprimento das obrigações legais.

14.3. Da Vedação de Vínculo com o Poder Público

14.3.1. Fica **vedada** a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau;

14.3.2. Conforme as deliberações contidas no inc. IV, art. 14, da Lei 14.133/2021, não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que

deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, **devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.**

15. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

15.1. A escolha da aquisição dos objetos através de Ata de Registro de Preços (ARP) pode ser considerada a melhor solução, com base na Lei nº 14.133/2021.

15.2. Justificativa pela estratégia de contratação

15.2.1. O uso do sistema de registro de preços justifica-se por ser a forma preferencial de aquisição, conforme art. 78, IV da Lei 14.133/2021. Ademais, trata de procedimento visando contratações futuras, formalizado para entregas parceladas, cuja definição da demanda não é possível ser previamente quantificada com precisão.

15.2.2. Finalmente, a utilização do sistema de registro de preços propiciará a redução de custos, sem a realização de licitações seguidas para o mesmo objeto; evitará o desabastecimento, importará a redução de estoques e de custos de armazenamento, atendendo-se, portanto, aos princípios da economicidade, celeridade e eficiência, logo, proporcionará:

I - **Economia de Escala:** A ARP permite a aquisição dos objetos a preços mais competitivos, já que o processo considera a previsão de consumo de diversos órgãos e entidades da administração pública. Isso gera uma economia significativa devido à compra em volume.

II - **Flexibilidade e Planejamento:** A ARP oferece maior flexibilidade para as aquisições. Onde as compras podem ser planejadas de acordo com a necessidade e a disponibilidade orçamentária, evitando aquisições desnecessárias ou em excesso.

III - **Eficiência no Processo de Compras:** Com a ARP, o órgão não precisa realizar múltiplos processos licitatórios para cada aquisição dos objetos, o que reduz significativamente o tempo e os recursos gastos na administração das compras.

IV - **Padronização:** A utilização da ARP permite a padronização dos objetos com produtos de qualidade equivalente e com as mesmas características.

V - **Transparência e Competitividade:** A ARP segue os princípios da Lei 14.133/2021, promovendo a transparência e a competitividade. O processo é publicamente acessível e permite que diversos fornecedores participem, resultando em melhores preços e condições.

15.3. Portanto, considerando as vantagens operacionais, econômicas e de conformidade com a Lei nº 14.133/2021 na Ata de Registro de Preços, essa escolha promove uma gestão pública mais eficiente, transparente e alinhada aos princípios da administração pública.

16. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

16.1. Do Local e Forma de Entrega

16.1.1. **Do local:** Os materiais licitados deverão ser entregues na Divisão de Almoxarifado do Departamento Estadual de Trânsito, localizada na rua Dr. José Adelino, 4477 - Bairro Costa e Silva – Porto Velho – RO, no horário compreendido entre as 07:30 hs às 13:30 hs, de segunda a sexta-feira, ultrapassado o horário só mediante autorização.

16.1.2. Caso não haja expediente na data marcada para a entrega, ficará automaticamente adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local, sendo de responsabilidade do fornecedor entrar em contato para informar a previsão de entrega e certificar-se do funcionamento do órgão.

16.1.3. A entrega dos objetos deverá ser acompanhada de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), a aceitação do item será observada as especificações contidas neste Termo de Referência e as disposições contidas na Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021.

16.2. Prazos

16.2.1. A entrega dos objetos será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento/nota de empenho, no endereço indicado, dentro da padronização seguida pelo órgão e conforme as especificações técnicas;

16.2.2. Este prazo poderá ser dilatado em casos excepcionais, mediante apresentação de justificativa, com concordância da Administração, mediante requerimento apresentado no prazo de 05 (cinco) dias antes do término do prazo de entrega.

16.2.3. A omissão na proposta de preços do prazo entrega, não implicará na desclassificação da proposta, mas à aceitação tácita do prazo nele indicado.

17. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

17.0.1. O recebimento do objeto será efetuado em observância prevista no Art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.0.2. As obrigações resultantes do presente certame deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as condições avançadas e as normas legais pertinentes, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

17.0.3. O recebimento do objeto do presente instrumento, se dará conforme art. 140 da Lei Federal 14.133/2021, como segue abaixo:

17.0.4. O Recebimento Provisório

17.0.4.1. Será recebido **PROVISORIAMENTE**, pela Divisão de Almoxarifado, no **prazo máximo de 03 (três) dias úteis** contados da efetiva entrega, de acordo com o art. 140 inciso II, alínea "a", e ainda § 2º, com o intuito de verificar a conformidade com a especificação exigida.

17.0.4.2. O recebimento supra referido dar-se-á através de recibo aposto na NOTA FISCAL quando da sua entrega.

17.0.4.3. A CONTRATADA/DETENTORA DA ATA deverá substituir, às suas expensas, os itens/bens que forem rejeitados parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos, danos ou não estiverem de acordo com a especificação do termo de referência imediatamente.

17.0.4.4. O recebimento provisório NÃO liquida a despesa e NÃO se presta para autorizar o pagamento dos materiais.

17.0.5. O Recebimento Definitivo

17.0.5.1. Será recebido **DEFINITIVAMENTE** após a comprovação da qualidade e quantidade do material, por uma comissão designada pela autoridade competente, após decurso do prazo de recebimento provisório, no **prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, podendo ainda a Administração rejeitar em todo ou parte o fornecimento executado em desacordo com o exigido, de acordo com o art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.0.5.2. No caso de consideradas insatisfatórias as condições do objeto recebido provisoriamente, será lavrado Termo de Devolução, no qual consignaram as desconformidades, devendo os bens serem recolhidos e substituídos.

17.0.5.3. A contratada/detentora da ata terá prazo de 10 (dez) dias para providenciar a substituição dos bens, contados a partir do recebimento do respectivo Termo de Devolução a ser emitido pela Comissão de Recebimento de Materiais e Serviços ou setor competente.

17.0.5.4. Após a notificação da Contratada/detentora da ata, o prazo para Recebimento decorrido até então será desconsiderado, iniciando-se nova contagem tão logo sanada a situação.

17.0.5.5. Todas as despesas decorrentes de substituição ou recolhimento de materiais deverão correr às expensas da empresa licitante

17.0.6. O recebimento provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil, pela qualidade, correção, solidez e segurança do objeto contratual, nem ético profissional, pela perfeita execução do fornecimento;

18. DA GARANTIA DO PRODUTO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

18.1. Da Garantia

18.1.1. A garantia dos bens deverá atender as condições estabelecidas conforme o art. 18, inciso III e art. 40, parágrafo 1º, inciso III da Lei Federal n.º 14.133/2021 e Art. 42, inciso VIII do Decreto Estadual n.º 28.874/2024.

18.1.2. Os itens: **1 (Antena corta pipa)**, e **9 (Sinalizador de LED para bicicleta)** - **terão a Garantia: mínimo de 3 (três) meses de fabricação**, contra defeitos de fabricação, contados a partir do recebimento definitivo;

18.1.3. Os itens: **2, 3, 4, 5 (Bicicletas)** **terão a garantia estabelecida de 1 (um) ano fornecidos pelo fabricante**, contados a partir do recebimento definitivo;

18.1.4. Os itens: **6, 7, 8 (Capacetes)** **terão a garantia estabelecida de 1 (um) ano fornecidos pelo fabricante**, contados a partir do recebimento definitivo;

18.1.5. A garantia será prestada com vistas a manter os objetos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o CONTRATANTE.

18.1.6. Os objetos que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídos por outros novos, de primeiro uso, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos contratados.

18.1.7. Uma vez notificado, a CONTRATADA/DETENTORA DA ATA realizará a reparação ou substituição dos objetos que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado.

18.1.8. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da CONTRATADA/DETENTORA DA ATA, aceita pelo CONTRATANTE.

18.1.9. O custo referente ao transporte dos objetos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

18.1.10. Da Assistência técnica

18.1.11. A assistência técnica e o suporte deverão ser efetuados pelo fabricante ou por assistência técnica autorizada pelo período de garantia.

18.1.12. A assistência técnica deverá utilizar apenas peças e componentes originais, salvo nos casos fundamentados por escrito e aceitos pela CONTRATANTE.

18.1.13. Todas as despesas envolvidas no processo de assistência técnica, durante o período de garantia, deverão correr por conta da CONTRATADA/DETENTORA DA ATA, inclusive as despesas com frete de envio e retorno dos materiais.

18.2. Aplicar-se-á, no que couber, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor – CDC, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, quanto à oferta de reposição do produto e assistência técnica, ainda que cessada a sua fabricação ou importação, e às demais legislações pertinentes.

19. DO VALOR MÁXIMO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

19.1. O estimativo do custo total será de R\$ 2.951.428,40 (Dois milhões, novecentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e vinte e oito reais e quarenta centavos), possuem fulcro nas cotações realizadas pela Divisão de Cadastro, Registro e Pesquisa de Preço - DIVCREP (ID 69813870 e 69814123), conforme Quadro Estimativo de Preços de Mercado (ID 69813969).

20. DA PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

20.1. A contratação pretendida guarda estrita conformidade com o princípio do planejamento estabelecido no Art. 12, inciso VII, da Lei Federal nº 14.133/2021. Os itens que compõem o objeto deste certame encontram-se devidamente registrados no Plano de Contratações Anual - PCA 2026 do DETRAN/RO, formalizado por meio do processo SEI 0010.021379/2025-39. A demanda específica está consolidada no sistema [GOVPLAN](#) sob o Documento de Formalização da Demanda - DFD nº 725/2026 (73085620), abrangendo a previsão orçamentária e física para a aquisição dos materiais de distribuição gratuita destinados às ações educativas desta Autarquia.

21. DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1. Nos presentes autos há a informação de Dotação Orçamentária, conforme Certificado de Acompanhamento de Metas e Classificação Orçamentária emitido pela Gerência de Monitoramento e Avaliação de Programas - DETRAN-GMA (69650046)

21.2. Consta nesta que a pretendida despesa pode ser programada conforme quadro, o qual replicamos abaixo:

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
Unidade Orçamentária	15020 – DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
Função	06 – SEGURANÇA PÚBLICA

Subfunção	181 - POLICIAMENTO
Programa	2002 - EDUCAÇÃO E SEGURANÇA NO TRÂNSITO
Ação	2272 - PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DA ESCOLA PÚBLICA DE TRÂNSITO
Elemento de Despesa	33.90.32 - MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
Fonte de Recursos	1.7523.0.00001 - RECURSOS VINCULADOS AO TRÂNSITO
Dotação Orçamentária	R\$ 2.951.428,40
Valor Estimado	R\$ 2.951.428,40

22. DA RESERVA DE COTA OU EXCLUSIVIDADE DE ME/EPP

22.1. Conforme disposto na Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006 e Decreto Estadual nº 21.675, de 03/03/2017, onde estabelece dentre outros que licitações com valores estimados superiores a R\$ 80.000 (oitenta mil reais), deverá a administração proceder **a reserva de cota para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte até 25%** (vinte e cinco), com exceção dos casos em que não são possíveis, para **a não aplicação da Reserva de Cota** na aquisição aqui pretendida, caso o item tenha o valor estimado superior a R\$ 80.000 (oitenta mil reais).

22.2. Será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

22.3. Serão aplicados os critérios de exclusividade na contratação de ME/EPP, para os itens em que o valor da contratação é de até R\$ 80.000,00 (Oitenta Mil Reais), conforme prerrogativa do Inciso II e cota de 25% estabelecida no Inciso III do Art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006.

22.4. Cabe à Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Serviços assegurar o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006 durante o processo de disputa.

23. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA

23.1. Considerando o Inciso XLI, do art. 6º, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece o **PREGÃO** como modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

23.2. Fica estabelecido, na presente contratação, o critério de julgamento e adjudicação como sendo o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, em conformidade com o estabelecido no ato convocatório pela Comissão de Licitação, tendo por finalidade a qualificação de empresas e a seleção da proposta mais vantajosa, em atenção ao disposto no art. 33 da Lei 14.133/2021, observado o princípio constitucional da isonomia. Essa opção visa assegurar a escolha da proposta que ofereça o menor custo total para a Administração, abrangendo todas as variáveis relacionadas ao objeto licitado.

23.3. A seleção do critério de **MENOR PREÇO** está alinhada com a busca pela economicidade e eficiência na contratação, garantindo a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

23.4. Conforme disposto no Inciso I, do art. 56 da Lei 14.133/2021, será adotado para o envio de lances no Pregão Eletrônico o modo de disputa **"ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

24. DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA

24.1. O prazo de validade da proposta de, no mínimo, 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

24.2. Os preços propostos deverão incluir fretes e demais custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos (impostos, taxas, etc), contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias a que estiver sujeito.

24.3. A omissão na proposta de preços do prazo de validade, não implicará na desclassificação da proposta, mas à aceitação tácita do prazo nele indicado.

25. DA HABILITAÇÃO

25.1. Da Habilitação Jurídica

25.1.1. Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

25.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administrativos, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto licitado, bem como a última alteração social. Não será aceita a Certidão Simplificada da Junta Comercial para substituir o contrato social;

25.1.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro de autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

25.1.4. Cédula de identificação dos sócios, ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa e procuração, se for o caso.

25.2. Da Qualificação Técnica

25.2.1. A comprovação de aptidão técnica será realizada mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução de objeto compatível em características e quantidades com o licitado.

25.2.2. Para fins desta licitação, consideram-se parcelas de maior relevância e valor significativo os itens 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9, por possuírem valor individual estimado superior a 4% (quatro por cento) do valor total da contratação, nos termos do Art. 67, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

25.2.3. Para os itens de maior relevância citados, será admitida a exigência de atestados que comprovem o fornecimento de, no mínimo, 20% (vinte por cento) do quantitativo estimado para o respectivo item, sendo permitida a somatória de atestados para o alcance deste percentual.

25.2.4. Em estrita observância ao Art. 67, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, não serão admitidas limitações quanto à época de execução (prazo de validade do atestado) ou locais específicos, devendo o atestado demonstrar apenas a capacidade técnica operacional pretérita do licitante.

25.2.5. Entende-se por pertinente e compatível em características o(s) atestado(s) que contemplem o fornecimento de produtos condizentes com a natureza dos itens para os quais a licitante apresentar proposta (Ex: Bicletas, Capacetes e/ou Equipamentos de Proteção).

25.3. Da Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

25.3.1. Ao que se refere as habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

25.3.1.1. Comprovação de Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

25.3.1.2. Comprovação de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

25.3.1.3. Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

25.3.1.4. Certidão de Regularidade do FGTS, relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

25.3.1.5. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

25.3.1.6. Certidão de Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência e Reabilitados da Previdência Social (<https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/pcdreab#>), conforme RECOMENDAÇÃO Nº 6613.2023, DE 31 DE AGOSTO DE 2023, da PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO.

25.4. Da Qualificação Econômica Financeira

25.4.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, conforme art. 69, inciso II da Lei 14133/2021.

Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

[...]

II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

25.4.2. Nos termos do inciso I do art. 69 da Lei nº 14.133/2021, é dispensável a apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social para fins de habilitação econômico-financeira, quando se tratar de contratação de bens ou serviços de pequeno valor ou baixa complexidade, que não impliquem risco significativo de inadimplemento contratual ou desequilíbrio financeiro à Autarquia.

25.4.3. Considerando que o objeto desta contratação refere-se à prestação de serviços e/ou aquisição de bens de baixa complexidade, cujos valores envolvidos não apresentam impacto relevante no orçamento do DETRAN-RO, tampouco envolvem obrigações que demandem robusta capacidade econômico-financeira por parte do contratado, entende-se justificada a não exigência do balanço patrimonial como critério de habilitação.

25.4.4. Tal medida visa ainda promover a simplificação do procedimento licitatório, sem comprometer a segurança jurídica ou a efetividade da contratação, em conformidade com os princípios da proporcionalidade, economicidade e eficiência administrativa.

25.5. Das Declarações

25.5.1. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, aprendiz e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

25.5.2. Declaração, sob pena de desclassificação, de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

25.5.3. Declaração do cumprimento da exigência habilitatória do Inc. VI, do art. 68, da Lei n. 14.133/2021 e do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, qual seja, proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos. ([Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998](#)).

26. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

26.1. Do instrumento Contratual

26.1.1. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas hipóteses em que a lei permite a substituição por outro instrumento hábil, vejamos:

Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:

[...]

II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.

26.1.2. Considerando que o objeto da contratação refere-se à aquisição de bens de baixa complexidade, cujos valores envolvidos não apresentam impacto relevante, tampouco impliquem risco significativo de inadimplemento contratual ou desequilíbrio financeiro à Autarquia e trata-se de compra com entrega imediata, neste caso o instrumento contratual é facultado, sendo substituído por Nota de empenho, por não resultar em obrigações futuras.

26.1.2.1. Tal medida visa ainda promover a simplificação do procedimento licitatório, sem comprometer a segurança jurídica ou a efetividade da contratação, em conformidade com os princípios da proporcionalidade, economicidade e eficiência administrativa.

26.1.3. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será emitida nota de empenho.

26.1.4. Nos termos do Art. 90 da Lei nº 14.133/2021, a Administração convocará regularmente a licitante vencedora, que terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir do primeiro dia útil após sua convocação e disponibilização no Sistema Eletrônico de Informação - SEI, para aceitar ou retirar a nota de empenho, nas condições estabelecidas no respectivo Termo de Referência e Edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

26.1.5. A recusa injustificada do adjudicatário em aceitar ou retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

26.1.6. O prazo para retirada da nota de empenho poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo DETRAN/RO.

26.1.7. O Aceite da nota de empenho, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

26.1.7.1. A CONTRATADA/DETENTORA DA ATA se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste termo;

26.1.7.2. A CONTRATADA/DETENTORA DA ATA reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos Art. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos Art. 137 a 139 da mesma Lei.

26.1.8. Por ocasião da emissão da nota de empenho, verificar-se-á se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

26.1.9. Na aplicação da Nota de empenho, faz-se o entendimento de que independente da formalização da relação entre as partes por um ajuste, há a existência da relação jurídica contratual, estando as partes vinculadas por suas respectivas obrigações, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021.

26.2. **Dos Acréscimos e Supressões**

26.2.1. A licitante fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da Nota de Empenho, nos termos do art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

27. **DOS REAJUSTES**

27.1. Durante a vigência, os valores contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período inferior a um ano, devendo, ainda, obedecer o disposto no Decreto nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024.

27.2. A periodicidade para eventual reajuste de preços será anual, contado a partir da data-base do orçamento estimado pela Administração Pública, utilizando-se o índice IPCA.

27.3. Poderá ser concedido o reajuste do preço contratado, a requerimento da CONTRATADA/DETENTORA DA ATA, depois de transcorrido 01 (um) ano da data do orçamento estimado pela Administração, em estrita observância ao art. 92, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, de acordo com o índice de correção monetária geral ou setorial aplicável, neste caso o IPCA, restando sua análise de competência do CONTRATANTE.

27.4. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA/DETENTORA DA ATA.

27.5. Caso a CONTRATADA/DETENTORA DA ATA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue a Contratação sem pleiteá-lo, ocorrerá à preclusão lógica do direito.

27.6. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA/DETENTORA DA ATA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA/DETENTORA DA ATA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

27.7. Também durante a vigência da contratação, a CONTRATADA/DETENTORA DA ATA poderá solicitar a revisão dos preços para manter a equação econômico-financeira, mediante a comprovação dos fatos, inclusive com demonstração em planilhas de custos.

28. **DA GARANTIA CONTRATUAL**

28.1. Em consonância com o disposto no art. 96 da Lei 14.133/2021, que confere à autoridade competente a discricionariedade para a exigência de garantia de execução, a análise do objeto do presente pregão, que versa sobre a Registro de Preço para Eventual e Futura Aquisição de Materiais de Expediente, permite concluir pela inexistência de riscos consideráveis à Administração Pública.

28.2. Considerando a natureza dos materiais a serem fornecidos, não se identificam elementos que indiquem a probabilidade de danos ou prejuízos que justifiquem a imposição de uma garantia contratual, uma vez que o objeto da presente licitação não apresenta grande complexidade.

28.3. A relação entre a Administração e a detentora é pautada pela confiança e pela boa-fé, e a natureza do fornecimento dos objetos requeridos não apresenta complexidades que possam comprometer o cumprimento das obrigações assumidas.

28.4. Pelos fatos elencados, a não exigência de garantia contratual é medida que se coaduna com a prudência administrativa e a busca pela eficiência na gestão dos recursos públicos, assegurando a contratação de forma ágil e desburocratizada.

29. **DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

29.1. **Disposições Gerais**

29.1.1. A aquisição em tela deverá obedecer, no que couber, ao disposto na Lei Federal nº 14.133 de 1º de Abril de 2021 e suas alterações, bem como, Instrução Normativa nº 58/2022/Ministério da Economia e Decreto nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024, Decreto Regulamentador da Lei de Licitações e Contratos Administrativos do Estado de Rondônia;

29.1.2. A proposta de preço deverá conter, obrigatoriamente, a descrição do item cotado, indicando a marca, modelo e/ou fabricante do material ofertado e ainda todas as especificações mínimas exigidas;

- 29.1.3. Executar a aquisição seguindo os rígidos padrões consignados no normativo legal concernente ao objeto contratado, atendendo ainda à legislação de proteção ao meio ambiente e de incentivo ao desenvolvimento sustentável, quando aplicáveis;
- 29.1.4. Executar o objeto contratado na qualidade e forma exigidas no presente termo, cumprindo os prazos e condições estabelecidas;
- 29.1.5. Todos os materiais devem atender às especificações descritas neste termo, no edital e nas normas técnicas pertinentes.
- 29.1.6. Os produtos devem estar em perfeitas condições e serão aceitos apenas se estiverem em conformidade com as especificações e sem defeitos. O fornecedor deve assumir a responsabilidade por eventuais substituições de produtos defeituosos ou não conformes.
- 29.1.7. Aplicar-se-á, no que couber, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor – CDC, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, quanto à oferta de reposição do produto e assistência técnica, ainda que cessada a sua fabricação ou importação, e às demais legislações pertinentes.
- 29.1.8. Para garantir a qualidade e a conformidade dos materiais adquiridos pela Administração Pública, é essencial seguir normas e critérios específicos. Essas normas asseguram que os produtos atendam aos requisitos técnicos e funcionais necessários. Abaixo estão os principais critérios e normas a serem observados:
- 29.1.8.1. **Especificações Técnicas:**
- a) Os materiais devem ser apropriados para o uso pretendido e cumprir as especificações técnicas descritas no edital ou na documentação do pregão eletrônico.
 - b) Os materiais devem atender às normas técnicas nacionais ou internacionais aplicáveis, como Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - serão aceitos selos INMETRO ou certificados de conformidade equivalentes emitidos por órgãos técnicos acreditados ou International Organization for Standardization - ISO.
- 29.1.8.2. **Qualidade dos Materiais**
- a) Os materiais devem ser novos, livres de defeitos e de acordo com as características especificadas (cor, tamanho, etc).
 - b) Os materiais de uso prolongado devem apresentar garantia mínima de durabilidade e funcionalidade.
- 29.1.8.3. **Embalagem e Rotulagem**
- a) Os materiais devem ser entregues em embalagens que garantam sua integridade durante o transporte e manuseio. Embalagens devem estar em conformidade com as normas de segurança e transporte.
 - b) Os rótulos e embalagens devem conter informações claras sobre o produto, incluindo especificações técnicas, prazo de validade (se aplicável), e instruções de uso.
- 29.1.8.4. **Conformidade Legal e Regulatória**
- a) Os materiais devem atender a todas as regulamentações legais e normativas vigentes no país.
 - b) O fornecedor deve apresentar todas as documentações necessárias, incluindo notas fiscais, certificados de qualidade, e outros documentos exigidos pela Administração Pública.
- 29.1.8.5. **Procedimentos de Aceitação**
- a) A Administração Pública pode realizar inspeções e testes dos materiais para assegurar que atendam às especificações. A aceitação dos materiais será baseada nos resultados desses testes e na conformidade com o edital.
- 29.1.8.6. **Responsabilidades do Fornecedor**
- a) O fornecedor deverá substituir qualquer item que não esteja em conformidade com as especificações ou que apresente defeito, sem custo adicional para a Administração Pública.
 - b) O fornecedor deve garantir a qualidade dos produtos e responder por quaisquer problemas de conformidade que possam surgir após a entrega.
- 29.2. **Da Garantia**
- 29.2.1. Aplica-se, no que couber, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor quanto à oferta de reposição dos bens/materiais, ainda que cessada a sua fabricação ou importação.
- 29.2.2. Os objetos deverão ter o prazo de garantia, conformes especificações mínimas constantes no item 3 desde ETP ID SEI nº (0063610822)".
- 29.2.3. O prazo de garantia contra defeitos de fabricação para os objetos, iniciará a contagem a partir do RECEBIMENTO DEFINITIVO dos mesmos;
- 29.2.4. Constatados vícios ocultos ou defeitos de fabricação, ou ainda, avarias sofridas pelo objeto no transporte ou armazenamento a cargo do CONTRATADO, o licitante terá o prazo de até 10 (dez) dias corridos, para efetuar as correções necessárias ou a substituição do objeto, ficando a despesa de tal operação totalmente a cargo do CONTRATADO.
- 29.2.5. Toda e qualquer despesa decorrente da execução das condições de garantia correrá a cargo da empresa fornecedora, bem como a responsabilidade pelos seus componentes que estiverem sob sua guarda, arcando com quaisquer danos.
- 29.3. **Do local/horário de entrega**
- 29.3.1. Local/Horários: Na cidade de Porto Velho, **Divisão de Almoxarifado**, sito à Rua: Dr. José Adelino, 4477 – Costa e Silva, Porto Velho – RO, de segunda a sexta feira no horário compreendido entre 7h30min às 13h30min.
- 29.3.2. Caso não haja expediente na data marcada para a entrega dos materiais, ficará automaticamente adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local, sendo de responsabilidade do fornecedor entrar em contato para informar a previsão de entrega e certificar-se de funcionamento do órgão.
- 29.4. **Do prazo de entrega**

29.4.1. A entrega do material deverá ocorrer no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento.

30. **DAS OBRIGAÇÕES**

30.1. **Do Contratante**

30.1.1. Exercer a fiscalização da entrega dos materiais por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei nº 14.133/21;

30.1.2. Oferecer todas as informações necessárias para que a CONTRATADA/DETENTORA DA ATA possa fornecer os objetos dentro das especificações e proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento do objeto contratado.

30.1.3. Acompanhar e fiscalizar a entrega dos materiais, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando à CONTRATADA/DETENTORA DA ATA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela;

30.1.4. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;

30.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela contratada/detentora da ata.

30.1.6. Notificar a Contratada/detentora da ata, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos materiais, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

30.1.7. Indicar formalmente através de portaria, devidamente publicada em Diário Oficial do Estado, o gestor e/ou fiscal da Ata de Registro de Preços.

30.1.8. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA/DETENTORA DA ATA, necessários à execução na entrega dos bens;

30.1.9. Promover o recebimento provisório e o definitivo dos bens, nos prazos fixados;

30.1.10. Caberá ao servidor designado para o recebimento rejeitar qualquer bem que não esteja de acordo com as exigências neste termo delineada;

30.1.11. Decidir com o representante da detentora da Ata de Registro de Preços todas as questões que surgirem durante a execução do objeto e a ele relativas.

30.2. **Do Órgão Gerenciador**

30.2.1. Acompanhar, fiscalizar e assinar a Ata de Registro de Preços;

30.2.2. Dar publicidade a Ata de Registro de Preços;

30.2.3. Autorizar os órgãos não participantes a formalizar as adesões nos quantitativos determinados;

30.2.4. Observar os limites estabelecidos para os órgãos não participantes, nos termos do artigo nº 124 do Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024;

30.2.5. Verificar, periodicamente, a vantajosidade dos itens objeto da Ata de Registro de Preços.

30.2.6. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento da Ata de Registro de Preços.

30.3. **Da Contratada/Detentora da Ata**

30.3.1. Além das demais obrigações exigidas em Lei a empresa CONTRATADA/DETENTORA DA ATA deverá:

30.3.2. Manter o preço proposto pelo prazo de validade da Ata de Registro de Preços;

30.3.3. Fornecer todos os objetos de acordo com as especificações contidas neste Termo de Referência;

30.3.4. Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços as mesmas condições de habilitação;

30.3.5. Entregar o objeto solicitado no preço, forma e prazo estipulados na proposta;

30.3.6. Responsabilizar-se por todos os ônus, encargos, perdas e danos quando for constatado que tenham sido ocasionados em decorrência do fornecimento do objeto;

30.3.7. Responsabilizar-se pelas providências e obrigações estabelecidas em legislação específica de acidentes de trabalho quando em ocorrência de espécie forem vítimas os seus empregados, no desempenho de suas atribuições ou em contato com eles, ainda que a ocorrência tenha sido nas dependências da CONTRATANTE;

30.3.8. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas e todos os tributos incidentes, sem qualquer ônus à CONTRATANTE, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em Lei;

30.3.9. Prestar à CONTRATANTE qualquer informação sobre o objeto a ser adquirido, sobretudo qualquer dificuldade encontrada na entrega;

30.3.10. Notificar a Contratante, através de justificativa circunstanciada formal, da ocorrência de qualquer evento que venha causar atrasos ou impedimentos na entrega dos materiais, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitam o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

30.3.11. Não serão feitos pagamentos parciais. Somente após o recebimento definitivo de todo os materiais é que será providenciado o pagamento de qualquer valor ao fornecedor.

31. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

31.1. Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, pela CONTRATADA/DETENTORA DA ATA, à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto contratado.

31.2. Trata-se de aquisição que caracteriza-se pela entrega de produtos específicos, cujas especificações técnicas e quantitativas são bem definidas. A subcontratação, que é geralmente aplicada a serviços complexos ou que exigem especialização técnica, não se justifica para a contratação que podem ser efetuadas diretamente pelos fornecedores, sem a necessidade de intermediários.

31.3. Diante do exposto, fica vedada a cessão, subcontratação ou transferência total ou parcial de quaisquer direitos e/ou obrigações inerentes ao presente Termo de Referência por parte da CONTRATADA/DETENTORA DA ATA.

32. DA GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

32.1. A entrega do objeto será acompanhada e fiscalizada pela CONTRATANTE mediante servidor especialmente designado para esse fim, nos termos da Lei 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

32.2. A Gestão e Fiscalização deverá ser realizado de forma preventiva, rotineira e sistemática, nos moldes da Lei 14.133/2021 e Art. 2º, VII do Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

(...)

VI - gestão de contrato: a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;

VII - fiscalização técnica: o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela administração, com o eventual auxílio da fiscalização administrativa;

VIII - fiscalização administrativa: o acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do contrato administrativo no que se refere à revisões, reajustes, repactuações e providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento; e IX - fiscalização setorial: o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos quando a prestação do objeto ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um órgão ou uma entidade.

(...)

32.3. A verificação da entrega do objeto deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

32.4. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA/DETENTORA DA ATA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios, redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

32.5. A empresa vencedora responsabilizar-se-á pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor.

32.6. O DETRAN/RO nomeará comissão para acompanhamento e fiscalização resultante da presente contratação, os quais deverão registrar em relatório todas as ocorrências, deficiências, irregularidades ou falhas porventura observadas e terão poderes, entre outros, para notificar a CONTRATADA/DETENTORA DA ATA, objetivando sua imediata correção.

32.7. A CONTRATADA/DETENTORA DA ATA permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, fornecendo informações, proporcionando o acesso à documentação pertinente e atendendo às observações e exigências apresentadas pela comissão de fiscalização.

33. DO PAGAMENTO

33.1. O pagamento, decorrente da realização na entrega dos bens constante do objeto deste Termo de Referência, será efetuado no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do aceite definitivo dos mesmos, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente para recebimento, conforme dispõe o art. 190, do Decreto Estadual nº 28.874/2024 e alterações.

33.2. A(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) deverá(ão) estar acompanhada(s) das certidões que atestem a regularidade fiscal. Todavia, em observância à jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Art. 188, § 3º do Decreto Estadual nº 28.874/2024, verificada a entrega efetiva do objeto e o devido atesto, a eventual irregularidade fiscal superveniente não autoriza a retenção do pagamento de bens já integralmente entregues e aceitos, sob pena de enriquecimento sem causa da Administração.

33.3. Na hipótese de irregularidade fiscal no ato da liquidação, a Administração procederá ao pagamento, sem prejuízo da imediata abertura de processo administrativo para aplicação das sanções contratuais cabíveis e da comunicação aos órgãos fazendários para fins de eventual compensação de crédito, nos termos da legislação estadual vigente.

33.4. Não será admitida a retenção total do pagamento como forma de sanção por pendências de multas ou inadimplência contratual, podendo a Administração, contudo, realizar o desconto de valores devidos pela Contratada/detentora da ata (multas/prejuízos) diretamente do crédito a ser pago, de forma proporcional e motivada.

33.5. A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão.

33.6. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela CONTRATADA/DETENTORA DA ATA, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

33.7. A(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) deverá(ão), ainda, estar acompanhada(s), obrigatoriamente, das certidões que atestem a regularidade perante as Fazendas Federal/INSS, Estadual e Municipal, ao recolhimento do FGTS e aos Débitos Trabalhistas, no termos do art. 188 do decreto supra mencionado. **Serão aceitos certidões positivas com efeito negativo.**

33.8. A administração efetuará retenção na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à CONTRATADA/DETENTORA DA ATA, elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, consoante as legislações e instruções normativas vigentes, quando legalmente exigidos.

33.9. Na hipótese de haver irregularidades no cumprimento das obrigações da Contratada/detentora da ata, a Administração CONTRATANTE reterá os créditos a que aquela teria direito, até o limite do valor dos prejuízos causados à Administração, sem prejuízo das penalidades aplicáveis previstas nos art. 162 da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

33.10. Em caso de atraso de pagamento, motivado exclusivamente pela Administração CONTRATANTE, deverá ser observado o disposto no Art. 190, § 1º, 2º e 3º do Decreto Estadual nº 28.874 de 25/01/2024, que estabelece que o valor devido deverá ser acrescido de atualização monetária, a ser calculada entre a data limite para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

I = Índice de atualização financeira assim apurado:

I = (TX/100)/365

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

N = Número de dias entre a data prevista e o efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

33.11. Eventuais multas ou obrigações financeiras pendentes da Contratada/detentora da ata serão preferencialmente descontadas do valor da fatura a ser paga, de forma proporcional, não sendo admitida a retenção total do pagamento por bens efetivamente entregues e aceitos em razão de irregularidade fiscal superveniente ou sanções administrativas, ressalvada a compensação de créditos prevista no art. 188, § 3º do Decreto Estadual n. 28.874/2024.

33.12. Em hipótese alguma será concedido reajustamento dos preços propostos e o valor constante da Nota Fiscal/Fatura, quando da sua apresentação, não sofrerá qualquer atualização monetária até o efetivo pagamento.

33.13. Qualquer atraso ocorrido, por parte da Contratada/detentora da ata, na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação da Contratante.

33.14. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

34. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

34.1. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 155, Inciso I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII, da Lei n.º 14.133/2021, pela inexecução total ou parcial do objeto, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada/detentora da ata multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

34.2. Se a adjudicatária recusar-se a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada/detentora da ata multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

34.3. A licitante, adjudicatária ou Contratada/detentora da ata que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o instrumento contratual, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do instrumento contratual, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado de Rondônia, e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores Estadual, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Termo de Referência e das demais cominações legais, devendo ser incluída a penalidade no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores e no CAGEFIMP - Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual.

34.4. A multa, eventualmente imposta à Contratada/detentora da ata, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Estado, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, serão tomadas outras providências que se fizerem necessárias. Mantendo-se o insucesso, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial da multa.

34.5. As multas previstas não eximem a adjudicatária ou Contratada/detentora da ata da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

34.6. De acordo com a gravidade do descumprimento, poderá ainda a licitante se sujeitar à Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.

34.7. A sanção denominada "Advertência" só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada/detentora da ata, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.

34.8. São exemplos de infração administrativa penalizáveis, nos termos do art. 155, da Lei nº. 14.133/2021:

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

34.9. Aos adjudicatários que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com a Administração Pública Estadual, serão aplicadas as sanções previstas nos artigos 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, e demais cominações legais, com observância ao devido processo administrativo, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa.

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do **caput** deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no [inciso I do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do **caput** deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no [art. 155 desta Lei](#).

§ 4º A sanção prevista no inciso III do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e **impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos**.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei](#), bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e **impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos**.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do **caput** deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

- I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;
- II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **caput** deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no **caput** deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

34.10. As sanções serão aplicadas, **NO QUE COUBER**, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da Contratada/detentora da ata, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.

34.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, penalidades específicas e proporcionais a gravidade dos eventuais descumprimentos contratuais, de acordo com o Acórdão 1453/2009 Plenário – TCU.

34.12. À detentora que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais dos incisos I a XII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados, aplicar-se-ão, conforme a natureza e gravidade da falta cometida, sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie, as multas moratória ou compensatória, tendo como percentual mínimo 1% e máximo de até 30% do valor da nota de empenho, conforme tabela abaixo:

TABELA DE ÍNDICES DE MULTAS MORATÓRIA/COMPENSATÓRIA		
ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	MULTA
01	Dar causa à inexecução parcial do objeto;	1% por dia Até o limite de 30%
02	Dar causa à inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;	1% por dia Até o limite de 30%
03	Dar causa à inexecução total do objeto;	1% por dia Até o limite de 30%
04	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;	1% por dia Até o limite de 30%
05	Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;	1% por dia Até o limite de 30%
06	Não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;	1% por dia Até o limite de 30%
07	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;	1% por dia Até o limite de 30%
08	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do objeto;	1% por dia Até o limite de 30%
09	Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do objeto;	1% por dia Até o limite de 30%
10	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;	1% por dia Até o limite de 30%
11	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	1% por dia Até o limite de 30%
12	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).	1% por dia Até o limite de 30%

34.13. As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias;

34.14. Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total da Nota de Empenho, o que ensejará a rescisão contratual.

34.15. As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a Contratada/detentora da ata ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

34.16. As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.

34.17. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como, o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

34.18. A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como em sistemas estaduais.

34.19. Também ficam sujeitas as penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, as empresas ou profissionais que, em razão da execução do objeto decorrente desta licitação:

34.19.1. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

34.19.2. Tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;

34.19.3. Demonstrem não possuir inidoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

34.20. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência, em hipótese alguma, a desobrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

35. APLICAÇÃO DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL

35.1. É de total responsabilidade da empresa a ser Contratada/detentora da ata o cumprimento das normas ambientais vigentes para o fornecimento do material, no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos;

35.2. A empresa a ser Contratada/detentora da ata deverá cumprir as orientações das Instruções Normativas, Decretos e demais legislações vigentes;

35.3. A Contratada/detentora da ata deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental em conformidade com [art. 5º](#) da Lei nº 14.133/2021.

35.4. Aplicar as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR, referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis;

35.5. Orientar seus empregados para colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades de programas de separação de resíduos sólidos, e resíduos recicláveis descartados, em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas, de acordo com a Lei nº 12.305/2010 e Decreto nº 10.936/2022.

35.6. Aplica-se, no que couber, o Princípio do Desenvolvimento Estadual Sustentável conforme consta na Lei Federal 14.133/2021;

35.7. Deverá a Contratada/detentora da ata obedecer, no que couber, o critério de sustentabilidade ambiental prevista na Instrução Normativa SLTI/IMPOG Nº 01 DE 19/01/2010, em conformidade com o Decreto Estadual nº 21.264/2016.

36. DOS CASOS OMISSOS

36.1. Fica estabelecido que, caso venha a ocorrer algum fato não previsto neste Termo de Referência, os chamados casos omissos, estes serão dirimidos, respeitando o objeto dessa contratação, por meio da aplicação da legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei nº 14.133/2021, aplicando-se paralelamente, quando for o caso, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos estabelecidos na legislação civil brasileira e as disposições de direito privado.

37. DAS CONDIÇÕES GERAIS

37.1. A empresa vencedora se compromete a cumprir a execução do objeto de acordo com as normas mais elevadas de competência e integridade ética e profissional.

37.2. O Cancelamento da Nota de Empenho poderá ter lugar, de pleno direito se a empresa não atender as solicitações dentro dos prazos estipulados, bem como a entrega do material fora das especificações exigidas, e, caso isto ocorra, poderá ser convocada a segunda empresa colocada no certame licitatório para efetuar a entrega dos produtos, em iguais condições do primeiro colocado, e assim sucessivamente por ordem de classificação; ou ainda procedendo a Administração ao cancelamento do certame, caso prejudicada a finalidade pública da contratação quanto ao prazo e evolução mercadológica.

37.3. Qualquer omissão ou tolerância das partes no exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste acordo ou no exercer uma prerrogativa dele decorrente, não constituirá renúncia e não afetará o direito da parte de exercê-lo a qualquer tempo.

37.4. São de exclusiva responsabilidade da detentora, sem qualquer espécie de solidariedade por parte do DETRAN/RO, as obrigações de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e civil, em relação à pessoa que a mesma utilizar para prestação de serviços, durante a garantia dos produtos ora vendidos.

37.5. Não constituirão faltas contratuais os atrasos das partes contratantes no cumprimento de suas obrigações, quando decorrentes de força maior ou caso fortuito, como previsto no Art. 393 do Código Civil, desde que oportunamente comunicados e comprovados. Ocorrida tal hipótese, conceder-se-á à parte inadimplente, prorrogação de prazo necessário ao cumprimento da obrigação.

37.6. As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento, serão resolvidos e decididos aplicando as regras contratuais e a Lei Federal nº 14.133/21.

37.7. A resolução de situações omissas que se façam necessários para a eficiente e perfeita execução do objeto poderão ser solicitadas à detentora da Ata de Registro de Preços, ainda que não previstas expressamente no presente Termo de Referência, garantida a respectiva remuneração e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

37.8. Não serão aceitas mudanças nas especificações, modelos, versões, etc., sem a prévia autorização do DETRAN/RO.

Requisitante	Requisitante
Juliana Silveira Jochims Coordenadora de Formação e Aperfeiçoamento COFAP/EPTRAN/DETRAN/RO	Joe Araújo dos Santos Coordenadoria de Educação para a Segurança e Cidadania no Trânsito COESCT/EPT/DETRAN

De Acordo
Hassan Mohamad Hijazi Diretor da Escola Pública de Trânsito EPT/DETRAN

Consolidação
Mariana Fátima Andrade Núcleo de Aquisições e Contratações NAC/DETRAN/RO

Aprovo
Sandro Ricardo Rocha dos Santos Diretor Geral DETRAN-DIRGERAL DOE/RO n. 107 de 13/06/2024



Documento assinado eletronicamente por **Joe Araujo dos Santos, Coordenador(a)**, em 09/06/2026, às 12:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Queli Botelho dos Santos, Agente de Trânsito**, em 09/06/2026, às 12:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Silveira Jochims, Coordenador(a)**, em 10/06/2026, às 10:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Hassan Mohamad Hijazi, Diretor(a)**, em 11/06/2026, às 11:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIANA FATIMA ANDRADE**, **Chefe de Unidade**, em 11/06/2026, às 11:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Ricardo Rocha Dos Santos**, **Diretor(a) Geral**, em 12/06/2026, às 12:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **73078037** e o código CRC **D0709778**.

Referência: Caso responda este Termo de Referência, indicar expressamente o Processo nº 0010.023154/2025-17

SEI nº 73078037



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN
Núcleo de Aquisições e Contratações - DETRAN-NAC

MATRIZ DE RISCO

1. IDENTIFICAÇÃO

Unidade Orçamentária: Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN

Unidade Administrativa: Gerência de Escrituração, Registro e Controle Escolar - DETRAN-GERERC

Unidade Solicitante: Escola Pública de Trânsito - DETRAN-EPTRAN; Coordenadoria de Formação e Aperfeiçoamento - COFAP

2. INTRODUÇÃO E BASE LEGAL

2.1. A presente Análise tem por objetivo identificar os riscos envolvidos no processo que constitui objeto do presente Termo de Referência a necessidade de Registro de Preço para Eventual e Futura aquisição de material de Distribuição Gratuita (Antena corta pipa, Bicicleta para adulto ARO 26, Bicicleta para adulto ARO 29, Bicicleta infantil juvenil ARO 20, Bicicleta infantil ARO 16, Capacete de Motociclista, Capacete para ciclismo adulto, capacete para ciclismo infantil, sinalizador de LED para Bicicleta, Viseira de Capacete) para atendimento de demandas da Escola Pública de Trânsito e Coordenadoria de Formação e Aperfeiçoamento, especificamente no Projeto Agente Mirim da Cidadania no Trânsito - Edição 2025, Projeto Jovem Condutor Mais Consciente e alunos matriculados em cursos especializados na Escola.

2.2. Matriz de Riscos corresponde a elementos essencial, advindo na Nova Lei de Licitações e Contratos Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 no artigo nº 6º, vejamos:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XXVII - **matriz de riscos**: cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

a) listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato que possam causar impacto em seu equilíbrio econômico-financeiro e previsão de eventual necessidade de prolação de termo aditivo por ocasião de sua ocorrência;

b) no caso de obrigações de resultado, estabelecimento das frações do objeto com relação às quais haverá liberdade para os contratados inovarem em soluções metodológicas ou tecnológicas, em termos de modificação das soluções previamente delineadas no anteprojeto ou no projeto básico;

2.3. Em consonância à Instrução Normativa nº 58/2017/TCE-RO, in verbis:

Art. 2º Para os fins desta Instrução Normativa considera-se:

II – Avaliação de Riscos – é o processo de identificação e análise dos riscos relevantes que possam influenciar de forma negativa ou impedir o alcance dos objetivos do órgão ou entidade. É utilizado para determinar uma resposta apropriada, que envolve: identificação do risco, mensuração do risco, avaliação da tolerância da organização ao risco, desenvolvimento de respostas.

2.4. Considerando o art. 40 e §1º do Decreto nº 28.874 de Janeiro de 2024, que regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e fundacional do Estado de Rondônia, in vide:

Art. 40. Os órgãos e entidades deverão elaborar a matriz de riscos nas contratações de serviços caso o valor estimado superar R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), por exercício.

§ 1º Além do caso previsto no caput, deverá ser elaborada matriz de riscos quando a natureza do processo envolver riscos relevantes que possam ocasionar o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

2.5. Ademais, considerando § 3º do Art. 40 do referido Decreto, a identificação dos riscos, foram analisadas em conformidade com a Portaria nº 217 de 08 de dezembro de 2021 (ID 0022698556), que estabelece a **Metodologia de Gestão de Risco no Âmbito do Poder Executivo Estadual**, sendo elaborado o presente Mapa de Riscos e Matriz de Riscos.

3. AVALIAÇÃO DE RISCOS

3.1. Este tópico consistirá na avaliação e priorização de riscos específico, visando medidas de tratamento dos riscos mais relevantes, por meio de análises qualitativas, quantitativas ou da combinação de ambas.

3.2. Os eventos de riscos serão avaliados sob a perspectiva de **probabilidade e impacto** (consequências) de sua ocorrência, sendo classificados de acordo com as combinações de avaliação de probabilidade e impacto, ou o inverso. As consequências e suas probabilidades serão determinadas por modelagem dos resultados de um evento ou conjunto de eventos, expressando termos de impactos tangíveis e intangíveis, percorridas por descritor específicos e por valores numéricos, definidas pela escala de probabilidade e de consequências, mostradas nas tabelas a seguir:

3.2.1. Escala de probabilidade

Probabilidade	Significado
Raríssima	Evento extraordinário para os padrões conhecidos da gestão e operação do processo de contratação. Embora possa assumir dimensão estratégica para a manutenção do processo, não há histórico disponível para sua ocorrência.
Rara	Evento casual, inesperado. Muito embora raro, há histórico de ocorrência conhecido por parte dos gestores e operadores do processo de contratação.
Eventual	Evento usual, corriqueiro. Devido à sua ocorrência habitual, seu histórico é amplamente conhecido por parte dos gestores e operadores do processo de contratação.
Frequente	Evento se reproduz muitas vezes, se repete seguidamente, de maneira assídua, numerosa e não raro de modo acelerado. Interfere de modo claro no ritmo das atividades, sendo evidente, mesmo para os que conhecem pouco o processo de contratação.

3.2.2. Escala de Impactos

Impacto	Significado
Irrelevante	Degradação na operação do processo de contratação, porém causando impactos mínimos para o órgão/entidade (em termos financeiros, danos à imagem, afetação da qualidade do processo de contratação).
Pouco relevante	Degradação na operação do processo de contratação, causando pequenos impactos no órgão/entidade.
Relevante	Interrupção do processo de contratação, causando impactos significativos para o órgão e entidade, porém passível de recuperação.
Muito relevante	Interrupção do processo, causando impactos irreversíveis para o órgão/entidade.

3.2.3. Escala de Avaliação de Risco

IMPACTOS	Avaliação do Risco			
Muito Relevante	Médio	Alto	Extremo	Extremo
Relevante	Baixo	Médio	Alto	Extremo
Pouco relevante	Insignificante	Baixo	Médio	Alto
Irrelevante	Insignificante	Insignificante	Baixo	Médio
	Raríssima	Rara	Eventual	Frequente
	PROBABILIDADE			

4. CLASSIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO

ITEM	RISCO	CAUSAS DO RISCO	FASE	PROBABILIDADE	IMPACTO	NÍVEL DE RISCO	MEDIDAS MITIGADORA
R01	Ausência de definição adequada e suficientes das especificações dos itens	Falta de conhecimento técnico e análise insuficiente	Planejamento	Rara	Relevante	Médio	a) Consultar especialistas, levantamento detalhado das esp técnicas, permitindo que seja ma alinhada às ofertas do mercado.
R02	Risco da Estimativa de Preço Inadequada	Elaboração de planilhas de formação de preços incorretas, Falta de método para realizar a estimativa	Planejamento	Rara	Relevante	Médio	a) Fazer as devidas correções nos planilhas de custos e formação de que possam impedir uma correta
R03	Erro na elaboração do Termo de Referência	Falta de informações claras sobre os requisitos do objeto, projeto, prazos, escopo, critérios de avaliação, entre outros que podem comprometer o sucesso da contratação e execução de um serviço.	Planejamento	Rara	Pouco Relevante	Baixo	a) Estabelecer um processo claro de revisão e validação do Referência antes de sua ap assinatura. b) Incluir especialistas técnicos na elaboração do Termo de Refer c) Utilizar modelos de TR p testados e adaptados às ne específicas do objeto. d) Definir com clareza os objetiv e critérios de desempenho, ambiguidades.
R04	Licitação com pouca concorrência, deserta ou fracassada	Falha na fase interna do procedimento licitatório. Não haver fornecedores suficientes, interessados ou não atenderem as exigências do Termo de Referência	Seleção de Fornecedor	Rara	Relevante	Médio	a) Estimativa dos preços adequad b) Elaboração de especificações c com requisitos da contratação c) Exigir documentos de habilit qualificação técnica condizente especificidades dos serviços d) Reavaliar as exigências para g sejam razoáveis e de fácil atender fornecedores qualificados.
R05	Fornecedor não tem a qualificação técnica	Deficiência das exigências referente às habilitações técnicas, econômicas, financeiras, seguro, atestado e sanções. Falha do setor de licitações em analisar de forma criteriosa as condições de habilitação e os requisitos mínimos a serem cumpridos pelo licitante no certame.	Seleção de Fornecedor	Rara	Relevante	Médio	a) Realizar a habilitação do forr forma criteriosa, atentando qualificações necessárias no ir convocatório. b) Verificar a idoneidade da er outros órgãos da Adm Pública; c) Exigir certificação compativ objeto no momento da contrataç d) Exigir comprovação de habilita e atestado de capacidade técnica
R06	Recebimento e análise de documentos de habilitação e planilhas de custos	Documentação incompleta, atestados de capacidade técnica incompatíveis e planilhas de custos com preços inexequíveis	Seleção de Fornecedor	Eventual	Relevante	Alta	a) Orientação clara, conferênci dos documentos de habilitação b) Análise técnica e financeira cri propostas
R07	Atraso na homologação da licitação em função de pedidos de esclarecimento, impugnações e recursos	Falha nas elaboração do Termo de Referência, participação de empresas não qualificadas	Seleção de Fornecedor	Eventual	Relevante	Alto	a) Analisar recursos, impug esclarecimentos de maneira célere b) Definir prazos razoáveis pa recursos, impugnações e escla de maneira célere c) Priorização na análise e res recursos, pedidos de impu, esclarecimentos d) Elaborar os pareceres com cele
R08	Atraso na entrega dos bens/objetos	Atrasos na entrega do objeto previsto no contrato ou no	Gestão de Contrato	Eventual	Relevante	Alto	a) Antes da assinatura do conti entrega de documento háb

		planejamento, decorrentes de falhas no processo de execução, gestão inadequada de cronogramas, ou problemas com a execução por parte dos fornecedores ou equipes envolvidas.					substitua, informar o prazo exigido; b) Manter contato contínuo com esclarecendo o termo inicial de entrega; c) Verificar possibilidade de em no mínimo, 01 (uma) se antecedência da data em que serão utilizados; d) Analisar se a data estimada é para que ocorra a entrega do objeto do prazo estabelecido, enfatizar não entrega dos objetos na data acarretará a aplicação das aplicáveis ao caso; e) Obter junto à empresa estimat de entrega do objeto à transpor Contratante; f) Acompanhar junto à empresa entraves para que ocorra a e prazo estabelecido; g) Ao se constatar a impossibili empresa entregar os objetos prazo, verificar a possibilidade de do prazo estipulado e, em úl comunicar prontamente demandante para análise de alternativas para atender a demanda finalidade de evitar danos irre pretensão da contratação h) Orientar a empresa quanto à necessárias para a eventual sol prorrogação do prazo de entre deverá ocorrer em tempo l apreciação pela Contratante, ir inclusive, sobre a possibilidade de ser negado, sem prejuízo da aplicáveis ao caso.
R09	Entrega de objeto incompatível com as especificações exigidas	Fiscalização ineficiente e falta de um método de medição da qualidade do material entregue pelo fiscal do contrato.	Gestão de Contrato	Rara	Relevante	Médio	a) análise da proposta, com o verificar a compatibilidade especificações exigidas; b) solicitar documento que i especificações técnicas do objeto for o caso; c) em caso de entrega de objeto corresponda às especificações deverá ser recusado o seu rece elaborada notificação à respaldada em relatório que divergências verificadas, para proceda a sua devida substituição custas.
R10	Interrupção do serviço ou abandono da CONTRATADA	Falha no dimensionamento dos custos e/ou dispêndios para execução dos fornecimentos da parte da CONTRATADA e falta de fiscalização	Gestão de Contrato	Eventual	Relevante	Alto	a) Análises e verificações de capacidade técnica e saúde financeira CONTRATADA. b) Fiscalização constante do serviço c) Cláusulas contratuais que preveem prazos, penalidades compensações em caso de descumprimento. d) Monitoramento contínuo do da execução do contrato.
R11	Fiscalização ineficiente do contrato	Equipe indicada é inadequada à fiscalização do contrato, e falta de capacitação da equipe para fiscalização do contrato	Gestão de Contratos	Rara	Relevante	Médio	a) Definir procedimento interno a padronizar critérios de seleção de fiscalização, adotando multidisciplinaridade de funções. b) Implementar programa de treinamento em Fiscalização de Administrativos para os servidores
R12	Riscos legais, problemas trabalhistas e regulatórios	Falta de regulação, condições inadequadas, CONTRATADA não atende legislação trabalhista e normas vigentes	Gestão de Contratos	Eventual	Relevante	Alto	a) Contratar empresa regularizadora boas práticas trabalhistas b) Auditorias periódicas c) Verificar certificações e conformidade com legislação - CLT, INSS d) Contrato com cláusulas de conformidade regulatória

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1. Em síntese, conclui-se que a análise de riscos e as ações sugeridas para essa contratação são componentes essenciais do planejamento contratual, uma vez que permitem identificar todos os elementos de risco e garantir uma contratação fundamentada na organização administrativa e na eficácia governamental.

5.2. Ante o exposto, com base na análise detalhada da matriz de riscos, foi possível determinar as melhores soluções para mitigar os riscos, desde a fase de planejamento até a conclusão da contratação.

Porto Velho/RO, data e hora do sistema.

REQUISITANTE	DE ACORDO
Juliana Silveira Jochims Coordenadora de Formação e Aperfeiçoamento COFAP/EPTRAN/DETRAN/RO	Joe Araújo dos Santos Coordenadoria de Educação para a Segurança e Cidadania no Trânsito COESCT/EPT/DETRAN

DE ACORDO
Hassan Mohamad Hijazi Diretor da Escola Pública de Trânsito EPT/DETRAN

Consolidação
João Reinaldo Farias da Silva Chefe do Núcleo de Aquisições e Contratações NAC/DETRAN/RO

APROVO
SANDRO RICARDO ROCHA DOS SANTOS Diretor Geral DETRAN-DIRGERAL DOE/RO n. 107 de 13/06/2024



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Silveira Jochims, Coordenador(a)**, em 14/10/2025, às 14:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joe Araujo dos Santos, Coordenador(a)**, em 14/10/2025, às 21:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joao Reinaldo Farias da Silva, Chefe de Unidade**, em 15/10/2025, às 09:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Hassan Mohamad Hijazi, Diretor(a)**, em 15/10/2025, às 09:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Ricardo Rocha Dos Santos, Diretor(a) Geral**, em 16/10/2025, às 17:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0065404777** e o código CRC **4D986F2D**.

QUADRO ESTIMATIVO DE PREÇOS DE MERCADO
PROCESSO N.º 0010.023154/2025-17

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	QUANT. DEST. EXCLUSIVA ME EPP	QUANT. DEST. COTA ME EPP (25%)	QUANT. DEST. AMPLA CONCORRÊNCIA	EMP 1	EMP 2	EMP 3	EMP 4	PREÇO MÍNIMO	PREÇO MÉDIO	QUANT. DEST. EXCLUSIVA ME EPP	QUANT. DEST. COTA ME EPP (25%)	QUANT. DEST. AMPLA CONCORRÊNCIA	SUBTOTAL GERAL
1	Antena corta pipa: selo INMETRO, Aparador de linhas antitercol com haste em aço inox, retrátil (estágios de altura) com acabamento superficial resistente à corrosão, sem arestas, com formas arredondas e base dobrável.	UND	1.600	1600	Não Aplicável	Não Aplicável	R\$ 30,40	R\$ 25,15	R\$ 26,91	R\$ 35,99	R\$ 25,15	R\$ 29,61	R\$ 47.376,00	-	-	R\$ 47,376,00
2	Bicicleta para adulto ARO 26: selo INMETRO, freio V-Brake, quadro de aço, aros de alumínio, guidão de ferro alto, pedal de plástico com refletor, rodas com refletores, acento MTB de espuma, descanso, marcha de no mínimo 21 velocidades, bem como todos os dispositivos e acessórios exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro - CTB (exceto capacete). Plotagem com o logo do DETRAN/RO no quadro da bicicleta, devendo o tamanho se adequar ao tamanho do objeto (A arte será encaminhada junto a Nota de Empenho ou documento similar).	UND	730	Não Aplicável	182	548	R\$ 989,00	R\$ 950,00	R\$ 939,00	R\$ 761,00	R\$ 761,00	R\$ 909,75	-	R\$ 165.574,50	R\$ 498.543,00	R\$ 664,117,50
3	Bicicleta para adulto ARO 29: selo INMETRO, freio V-Brake, quadro de aço, aros de alumínio, guidão de ferro alto, pedal de plástico com refletor, roda com refletores, acento MTB de espuma, descanso, marcha de no mínimo 21 velocidades, bem como todos os dispositivos e acessórios exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro - CTB (exceto capacete). Plotagem com o logo do DETRAN/RO no quadro da bicicleta, devendo o tamanho se adequar ao tamanho do objeto (A arte será encaminhada junto a Nota de Empenho ou documento similar).	UND	710	Não Aplicável	177	533	R\$ 1.450,00	R\$ 1.180,00	R\$ 1.450,00	R\$ 1.100,00	R\$ 1.100,00	R\$ 1.295,00	-	R\$ 229.215,00	R\$ 690.235,00	R\$ 919,450,00
4	Bicicleta infanto-juvenil, aro 20: selo INMETRO, freio V-Brake, quadro de aço, Aros de alumínio, guidão de ferro alto, pedal de plástico com refletor, roda com refletores, acento MTB de espuma, descanso, macha com mínimo 18 velocidades, bem como todos os dispositivos e acessórios exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro - CTB (exceto capacete). Plotagem com o logo do DETRAN/RO no quadro da bicicleta, devendo o tamanho se adequar ao tamanho do objeto (A arte será encaminhada junto a Nota de Empenho ou documento similar).	UND	550	Não Aplicável	137	413	R\$ 689,00	R\$ 650,00	R\$ 646,00	R\$ 645,00	R\$ 645,00	R\$ 657,50	-	R\$ 90.077,50	R\$ 271.547,50	R\$ 361,625,00
5	Bicicleta infantil, aro 16: selo INMETRO, freio V-Brake, quadro de aço, Aros de alumínio, guidão de ferro alto, pedal de plástico com refletor, cobre corrente protetor, roda com refletores, acento MTB de espuma, sem marcha, com rodinhas, bem como todos os dispositivos e acessórios exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro - CTB (exceto capacete). Plotagem com o logo do DETRAN/RO no quadro da bicicleta, devendo o tamanho se adequar ao tamanho do objeto (A arte será encaminhada junto a Nota de Empenho ou documento similar).	UND	330	Não Aplicável	82	248	R\$ 911,12	R\$ 859,00	R\$ 728,80	R\$ 639,99	R\$ 639,99	R\$ 784,73	-	R\$ 64.347,86	R\$ 194.613,04	R\$ 258,960,90
6	Capacete de Motociclista adulto: selo INMETRO, selo do INMETRO, viseira em policarbonato, automática, engate rápido; espumas com densidade necessária para conforto e redução de impacto, casco em ABS, peso ultraleve; pintura de alta resistência, adesivos refletivos ao lado e atrás conforme regulamentado pelo CONTRAN. Plotagem com o logo do DETRAN/RO no capacete, devendo o tamanho se adequar ao tamanho do objeto (A arte será encaminhada junto a Nota de Empenho ou documento similar).	UND	1.040	Não Aplicável	260	780	R\$ 294,08	R\$ 250,20	R\$ 217,00	130*	R\$ 217,00	R\$ 253,76	-	R\$ 65.977,60	R\$ 197.932,80	R\$ 263,910,40
7	Capacete para ciclismo adulto: adesivos refletivos, sistema de ventilação, acomodação perfeita à cabeça, jogo extra de espumas, material leve e com maior segurança contra impactos, espuma revertida com material resistente. Tamanho único – adulto. Plotagem com o logo do DETRAN/RO no capacete, devendo o tamanho se adequar ao tamanho do objeto (A arte será encaminhada junto a Nota de Empenho ou documento similar).	UND	1.550	Não Aplicável	387	1163	R\$ 150,00	R\$ 149,99	R\$ 114,74	R\$ 145,99	R\$ 114,74	R\$ 140,18	-	R\$ 54.249,66	R\$ 163.029,34	R\$ 217,279,00

8	Capacete para ciclismo infantil: adesivos refletivos, sistema de ventilação, acomodação perfeita à cabeça, jogo extra de espumas, material leve e com maior segurança contra impactos, espuma revertida com material resistente. Tamanho único – Infantil. Plotagem com o logo do DETRAN/RO no capacete, devendo o tamanho se adequar ao tamanho do objeto (A arte será encaminhada junto a Nota de Empenho ou documento similar).	UND	660	660	Não Aplicável	Não Aplicável	R\$ 124,00	R\$ 103,90	R\$ 112,00	R\$ 94,99	R\$ 94,99	R\$ 108,72	R\$ 71.755,20	-	-	R\$ 71.755,20
9	Sinalizador de led para bicicleta par (dianteiro e traseiro), com dois leds luz de segurança em cada um, com o dianteiro na cor branca e o traseiro na cor vermelha, ambos contendo alimentação em bateria CR2032com autonomia mínima de 50h no modo ligado, modos sendo piscante devagar (luz de alerta), piscante rápido (luz intermitente) e luz sempre ligada (fixa), com botão liga/desliga, confeccionado em material plástico e silicone, resistente a água, chuva e tempo quente. Para utilização no guidão, canote, garfo, entre outros, de fácil instalação apenas encaixar.	UND	2.320	Não Aplicável	580	1740	R\$ 40,95	R\$ 48,18	R\$ 54,17	n/c	R\$ 40,95	R\$ 47,77	-	R\$ 27.706,60	R\$ 83.119,80	R\$ 110.826,40
10	Viseira de Capacete: selo INMETRO, Viseira com espessura mínima 0,8mm, cor cristal, compatível com os capacetes de marcas San Marino, Protork Sport Moto ou similares, transparente.	UND	1.600	1600	Não Aplicável	Não Aplicável	R\$ 19,90	R\$ 26,65	R\$ 23,76	R\$ 20,00	R\$ 19,90	R\$ 22,58	R\$ 36.128,00	-	-	R\$ 36.128,00
VALOR TOTAL EXCLUSIVO ME/EPP:														R\$ 155.299,20		
VALOR TOTAL COTA EXCLUSIVO ME/EPP:														R\$ 697.148,72		
VALOR TOTAL AMPLA CONCORRÊNCIA														R\$ 2.099.020,48		
TOTAL GERAL (AMPLA CONC. + EXCLUS. ME-EPP + COTA EXCLUS. ME-EPP)														R\$ 2.951.428,40		

Nota Explicativa:

- 1) ¹ Em atendimento ao Art. 48º, I - LC 123/2006
- 2) ² Em atendimtno ao Art 48º, III - LC 123/2006 e Decreto Estadual 21.675/2017
- 3) ³ Valores desconsiderados, por apresentarem disparidades excessivas em relação a média, conforme recomendação da Instrução Normativa IN MP/SLTI Nº 05/2014, Art. 2º, "§ 2º" - No âmbito de cada parâmetro, o resultado da pesquisa de preços será a MÉDIA ou o MENOR dos preços obtidos" e Portaria Nº 029/GAB/SUPEL/2011, Art. 2º.

Fontes de Pesquisa

- MUNICIPIO DE BELO HORIZONTE / 3500 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA / MUNICIPIO DE CARIRA / 407 - MUNICIPIO DE CARIRA/SE / MUNICIPIO DE AMAMBAI / 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI - MS / MUNICIPIO DE MARABA / 931048 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE / MUNICIPIO DE MARABA / 927862 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO DE MARABA-PA / BOCAIUVA CAMARA MUNICIPAL / 7289 - Câmara Municipal de Bocaiuva / MUNICIPIO DE WESTFALIA / 1 - Prefeitura Municipal de Westfália / MUNICIPIO DO CORREGO DO OURO / 2 - PODER EXECUTIVO - CORREGO DO OURO / SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO DE JEQUIE / 1 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO DE JEQUIE / MUNICIPIO DE VALE DE SAO DOMINGOS / 930 - MUNICIPIO DE VALE DE SAO DOMINGOS/MT / Mercado Livre / PONTE NOVA CAMARA MUNICIPAL / 929010 - CAMARA MUNICIPAL DE PONTE NOVA - MS
- Mercado Livre / FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FMMA / 13 - FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE FMMA / FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INHUMAS / 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE / MUNICIPIO DE MARABA / 931048 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE / MUNICIPIO DE BERNARDINO BATISTA / 01621539 - MUNICIPIO DE BERNARDINO BATISTA / SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO / 13233184000181 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE AGUA E ESGOTO DE CAPELA / Decathlon / SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO DE JEQUIE / 1 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO DE JEQUIE /
- 2 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO | Secretaria de Defesa Agropecuária | Coordenação Geral de Apoio Laboratorial | LABORATÓRIO FEDERAL DE DEFESA AGROPECUÁRIO/MG / Sportbay / FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FMMA / 13 - FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE FMMA

- DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO / MUNICIPIO DE BITURUNA / 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BITURUNA - PR / PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI / PONTE NOVA CAMARA MUNICIPAL / 929010 - CAMARA MUNICIPAL DE PONTE NOVA - MG / MORADA NOVA | Prefeitura Municipal | Sec.de
- 3 Des.Economico e Empreendedorismo | Secretaria da Infraestrutura / MUNICIPIO DO CORREGO DO OURO / 2 - PODER EXECUTIVO - CORREGO DO OURO / Centauro.com.br / Bike Point SC / APARELHO SINALIZADOR LUMNOSO COM LED, PARA SAIDA GARAGEM, COM 2 LENTES EM OLICARBONATO, BIVOLT (INCLUI SUPORTE DE FIXACAO / Prefeitura Municipal de Ourilândia do Norte / MUNICIPIO DE NAO-ME-TOQUE / 1 - Prefeitura Municipal de Não-Me-Toque

CAIRU INDUSTRIA DE BICICLETAS LTDA, CNPJ: 10.288.920/0001-00

REALIZADO EM 05/03/2026

Após realizada pesquisa de preços, apresento o quadro estimativo tendo como base a média praticada no mercado.

ANEXO III DO EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90035/2025
MODELO DE CARTA PROPOSTA

Ao

Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/RO

Rua Dr. José Adelino, 4477 - Bairro: Costa e Silva – PORTO VELHO/RO

FONE/FAX: (69) 3217-2974

LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO – Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90035/2025 – PROCESSO N.º 0010.023154/2025-17 – TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM – DATA DA ABERTURA:

Senhora Pregoeira, após cuidadoso exame e estudo do Edital em referência, (anexos e apensos), com os quais concordamos, vimos apresentar Proposta, em conformidade com as condições estabelecidas no referido Edital.

Objeto: Registro de Preço para Eventual e Futura Aquisição de material de distribuição gratuita (antena corta pipa, bicicleta para adulto ARO 26, bicicleta para adulto ARO 29, bicicleta infante juvenil ARO 20, bicicleta infantil ARO 16, capacete de motociclista, capacete para ciclismo adulto, capacete para ciclismo infantil, sinalizador de LED para bicicleta e viseira de capacete) para atendimento de demandas da Escola Pública de Trânsito e Coordenadoria de Formação e Aperfeiçoamento, especificamente no Projeto Agente Mirim da Cidadania no Trânsito - Edição 2025, Projeto Jovem Condutor Mais Consciente e alunos matriculados em cursos especializados na Escola, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNID. DE MEDIDA	Quantidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01 (Exclusivo ME/EPP)	Antena corta pipa: deverá possuir selo INMETRO, Aparador de linhas anticerol com haste em aço inox, retrátil (estágios de altura) com acabamento superficial resistente à corrosão, sem arestas, com formas arredondas e base dobrável. Garantia: mínimo de 3 (três) meses de fabricação.	UNIDADE	1.600			
02	Bicicleta para adulto ARO 26: deverá possuir selo INMETRO, quadro de aço, aros de alumínio, guidão de ferro alto, pedal de plástico com refletor, rodas com refletores, acento MTB de espuma, descanso, marcha de no mínimo 21 velocidades, bem como todos os dispositivos e acessórios exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro - CTB (exceto capacete). Plotagem com o logo do DETRAN/RO no quadro da bicicleta, devendo o tamanho se adequar ao tamanho do objeto (A arte será encaminhada junto a Nota de Empenho ou documento similar). Cores: Cor Azul, Branca, Verde, Vermelha ou Amarela a definir no	UNIDADE	548			

	<p>momento da Ordem de Fornecimento ou documento similar.</p> <p>Garantia mínimo de 1 (um) ano de fabricação.</p>					
03	<p>Bicicleta para adulto ARO 29: deverá possuir selo INMETRO, freio V-Brake, quadro de aço, aros de alumínio, guidão de ferro alto, pedal de plástico com refletor, roda com refletores, acento MTB de espuma, descanso, marcha de no mínimo 21 velocidades, bem como todos os dispositivos e acessórios exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro - CTB (exceto capacete). Plotagem com o logo do DETRAN/RO no quadro da bicicleta, devendo o tamanho se adequar ao tamanho do objeto (A arte será encaminhada junto a Nota de Empenho ou documento similar).</p> <p>Cores:</p> <p>Cor Azul, Branca, Verde, Vermelha ou Amarela a definir no momento da Ordem de Fornecimento ou documento similar.</p> <p>Garantia mínimo de 1 (um) ano de fabricação.</p>	UNIDADE	533			
04	<p>Bicicleta infanto-juvenil, aro 20: deverá possuir selo INMETRO, freio V-Brake, quadro de aço, Aros de alumínio, guidão de ferro alto, pedal de plástico com refletor, roda com refletores, acento MTB de espuma, descanso, macha</p>	UNIDADE	413			

	<p>com mínimo 18 velocidades, bem como todos os dispositivos e acessórios exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro - CTB (exceto capacete). Plotagem com o logo do DETRAN/RO no quadro da bicicleta, devendo o tamanho se adequar ao tamanho do objeto (A arte será encaminhada junto a Nota de Empenho ou documento similar).</p> <p>Cores:</p> <p>Cor Azul, Branca, Verde, Vermelha ou Amarela a definir no momento da Ordem de Fornecimento ou documento similar.</p> <p>Garantia mínimo de 1 (um) ano de fabricação.</p>					
05	<p>Bicicleta Infantil, aro 16: deverá possuir selo INMETRO, freio V-Brake, quadro de aço, Aros de alumínio, guidão de ferro alto, pedal de plástico com refletor, cobre corrente protetor, roda com refletores, acento MTB de espuma, sem marcha, com rodinhas, bem como todos os dispositivos e acessórios exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro - CTB (exceto capacete). Plotagem com o logo do DETRAN/RO no quadro da bicicleta, devendo o tamanho se adequar ao tamanho do objeto (A arte será encaminhada junto a Nota de Empenho ou documento similar).</p> <p>Cores: Cor Azul, Branca, Verde, Vermelha ou Amarela a definir no momento da Ordem de Fornecimento ou</p>	UNIDADE	248			

	documento similar. Garantia mínimo de 1 (um) ano de fabricação.					
06	<p>Capacete de Motociclista adulto: deverá possuir selo INMETRO, viseira em policarbonato, automática, engate rápido; espumas com densidade necessária para conforto e redução de impacto, casco em ABS; peso ultraleve; pintura de alta resistência, adesivos refletivos ao lado e atrás conforme regulamentado pelo CONTRAN. Plotagem com o logo do DETRAN/RO no capacete, devendo o tamanho se adequar ao tamanho do objeto (A arte será encaminhada junto a Nota de Empenho ou documento similar).</p> <p>Cores e tamanho:</p> <p>Cores Azul ou Preta a definir no momento da Ordem de Fornecimento ou documento similar.</p> <p>Tamanho de 56 a 62 a definir no momento da Ordem de Fornecimento ou documento similar.</p> <p>Garantia mínimo de 1 (um) ano de fabricação</p>	UNIDADE	780			
07	<p>Capacete para ciclismo adulto: adesivos refletivos, sistema de ventilação, acomodação perfeita à cabeça, jogo extra de espumas, material leve e com maior segurança contra impactos, espuma revertida com material resistente.</p>	UNIDADE	1.163			

	<p>Tamanho único – adulto. Plotagem com o logo do DETRAN/RO no capacete, devendo o tamanho se adequar ao tamanho do objeto (A arte será encaminhada junto a Nota de Empenho ou documento similar).</p> <p>Cores:</p> <p>Cor Azul, Verde, Vermelha ou Amarela a definir no momento da Ordem de Fornecimento ou documento similar.</p> <p>Garantia de no mínimo de 1 ano contra defeito de fabricação.</p>					
08 (Exclusivo EPP/EPP)	<p>Capacete para ciclismo Infantil: adesivos refletivos, sistema de ventilação, acomodação perfeita à cabeça, jogo extra de espumas, material leve e com maior segurança contra impactos, espuma revertida com material resistente. Tamanho único – Infantil. Plotagem com o logo do DETRAN/RO no capacete, devendo o tamanho se adequar ao tamanho do objeto (A arte será encaminhada junto a Nota de Empenho ou documento similar).</p> <p>Cores:</p> <p>Cor Azul, Verde, Vermelha ou Amarela a definir no momento da Ordem de Fornecimento ou documento similar.</p> <p>Garantia de no mínimo de 1 ano contra defeito de</p>	UNIDADE	660			

	fabricação.					
09	<p>Sinalizador de led para bicicleta: par (dianteiro e traseiro), com dois leds luz de segurança em cada um, com o dianteiro na cor branca e o traseiro na cor vermelha, ambos contendo alimentação em bateria CR2032 com autonomia mínima de 50h no modo ligado, modos sendo piscante devagar (luz de alerta), piscante rápido (luz intermitente) e luz sempre ligada (fixa), com botão liga/desliga, confeccionado em material plástico e silicone, resistente a água, chuva e tempo quente. Para utilização no guidão, canote, garfo, entre outros, de fácil instalação apenas encaixar.</p> <p>Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação.</p>	PARES	1.740			
10 (Exclusivo ME/EPP)	<p>Viseira de Capacete: deverá possuir selo INMETRO, Viseira com espessura mínima 0,8mm, cor cristal, compatível com os capacetes de marcas San Marino, Protork Sport Moto ou similares, transparente.</p>	UNIDADE	1.600			

11 (Reserva de cota do item 2)	<p>Bicicleta para adulto ARO 26: deverá possuir selo INMETRO, freio V-Brake, quadro de aço, aros de alumínio, guidão de ferro alto, pedal de plástico com refletor, rodas com refletores, acento MTB de espuma, descanso, marcha de no mínimo 21 velocidades, bem como todos os dispositivos e acessórios exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro - CTB (exceto capacete). Plotagem com o logo do DETRAN/RO no quadro da bicicleta, devendo o tamanho se adequar ao tamanho do objeto (A arte será encaminhada junto a Nota de Empenho ou documento similar).</p> <p>Cores:</p> <p>Cor Azul, Branca, Verde, Vermelha ou Amarela a definir no momento da Ordem de Fornecimento ou documento similar.</p> <p>Garantia mínimo de 1 (um) ano de fabricação.</p>	UNIDADE	182			
12 (Reserva de cota do item 3)	<p>Bicicleta para adulto ARO 29: deverá possuir selo INMETRO, freio V-Brake, quadro de aço, aros de alumínio, guidão de ferro alto, pedal de plástico com refletor, roda com refletores, acento MTB de espuma, descanso, marcha de no mínimo 21 velocidades, bem como todos os dispositivos e acessórios exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro - CTB</p>	UNIDADE	177			

	<p>(exceto capacete). Plotagem com o logo do DETRAN/RO no quadro da bicicleta, devendo o tamanho se adequar ao tamanho do objeto (A arte será encaminhada junto a Nota de Empenho ou documento similar).</p> <p>Cores:</p> <p>Cor Azul, Branca, Verde, Vermelha ou Amarela a definir no momento da Ordem de Fornecimento ou documento similar.</p> <p>Garantia mínimo de 1 (um) ano de fabricação.</p>					
13 (Reserva de cota do item 4)	<p>Bicicleta infantil-juvenil, aro 20: deverá possuir selo INMETRO, freio V-Brake, quadro de aço, Aros de alumínio, guidão de ferro alto, pedal de plástico com refletor, roda com refletores, acento MTB de espuma, descanso, macha com mínimo 18 velocidades, bem como todos os dispositivos e acessórios exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro - CTB (exceto capacete). Plotagem com o logo do DETRAN/RO no quadro da bicicleta, devendo o tamanho se adequar ao tamanho do objeto (A arte será encaminhada junto a Nota de Empenho ou documento similar).</p> <p>Cores:</p> <p>Cor Azul, Branca, Verde, Vermelha ou Amarela a definir no momento da Ordem de Fornecimento ou documento</p>	UNIDADE	137			

	similar. Garantia mínimo de 1 (um) ano de fabricação.					
14 (Reserva de cota do item 5)	Bicicleta Infantil, aro 16: deverá possuir selo INMETRO, freio V-Brake, quadro de aço, Aros de alumínio, guidão de ferro alto, pedal de plástico com refletor, cobre corrente protetor, roda com refletores, acento MTB de espuma, sem marcha, com rodinhas, bem como todos os dispositivos e acessórios exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro - CTB (exceto capacete). Plotagem com o logo do DETRAN/RO no quadro da bicicleta, devendo o tamanho se adequar ao tamanho do objeto (A arte será encaminhada junto a Nota de Empenho ou documento similar). Cores: Cor Azul, Branca, Verde, Vermelha ou Amarela a definir no momento da Ordem de Fornecimento ou documento similar. Garantia mínimo de 1 (um) ano de fabricação.	UNIDADE	82			
15 (Reserva de cota do item 6)	Capacete de Motociclista adulto: deverá possuir selo INMETRO, viseira em policarbonato, automática, engate rápido; espumas com densidade necessária para conforto e	UNIDADE	260			

	<p>redução de impacto, casco em ABS; peso ultraleve; pintura de alta resistência, adesivos refletivos ao lado e atrás conforme regulamentado pelo CONTRAN. Plotagem com o logo do DETRAN/RO no capacete, devendo o tamanho se adequar ao tamanho do objeto (A arte será encaminhada junto a Nota de Empenho ou documento similar).</p> <p>Cores e tamanho:</p> <p>Cores Azul ou Preta a definir no momento da Ordem de Fornecimento ou documento similar.</p> <p>Tamanho de 56 a 62 a definir no momento da Ordem de Fornecimento ou documento similar.</p> <p>Garantia mínimo de 1 (um) ano de fabricação</p>					
16 (Reserva de cota do item 7)	<p>Capacete para ciclismo adulto: adesivos refletivos, sistema de ventilação, acomodação perfeita à cabeça, jogo extra de espumas, material leve e com maior segurança contra impactos, espuma revertida com material resistente. Tamanho único – adulto. Plotagem com o logo do DETRAN/RO no capacete, devendo o tamanho se adequar ao tamanho do objeto (A arte será encaminhada junto a Nota de Empenho ou documento similar).</p> <p>Cores:</p> <p>Cor Azul, Verde, Vermelha ou Amarela a definir no momento</p>	UNIDADE	387			

	da Ordem de Fornecimento ou documento similar. Garantia de no mínimo de 1 ano contra defeito de fabricação.					
17 (Reserva de cota do item 9)	Sinalizador de led para bicicleta: par (dianteiro e traseiro), com dois leds luz de segurança em cada um, com o dianteiro na cor branca e o traseiro na cor vermelha, ambos contendo alimentação em bateria CR2032 com autonomia mínima de 50h no modo ligado, modos sendo piscante devagar (luz de alerta), piscante rápido (luz intermitente) e luz sempre ligada (fixa), com botão liga/desliga, confeccionado em material plástico e silicone, resistente a água, chuva e tempo quente. Para utilização no guidão, canote, garfo, entre outros, de fácil instalação apenas encaixar. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação.	PARES	580			

VALOR TOTAL DA PROPOSTA FIXO E IRREAJUSTÁVEL R\$ (.....).

1. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: 90 (noventa) dias

2. **FRETE:** CIF Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como transporte, impostos, seguros, fretes, taxas ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

NOME DA EMPRESA

.....
ASSINATURA (S) DO (S) REPRESENTANTE (S) LEGAL (IS) DA EMPRESA

(apresentar em papel timbrado da empresa Licitante)

ANEXO IV DO EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90035/2025

(MODELO DE DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL)

Referente: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90035/2025/DETRAN/RO

A empresa apresenta, a seguir, os dados de:
(Nome completo da empresa)
seu (s) representante (s) legal (is) para assinatura do eventual Contrato:

NOME(S):

CARGO(S):

NACIONALIDADE(S):

PROFISSÃO:

RG:

ESTADO CIVIL:

CPF:

RESIDÊNCIA (Domicílio):

Confirmamos, a seguir, os dados da empresa para efeito do eventual CONTRATO:

RAZÃO SOCIAL:

C.N.P.J. N°

FONE:

FAX:

ENDEREÇO COMERCIAL:

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

Rua/Av.:

Município:

Conta Corrente:

Estado:

Cód. Agência:

N.º:

CEP.:

Banco:

Declaramos que os dados são de nossa inteira responsabilidade e responderemos, na forma da Lei, por qualquer prejuízo decorrente de falsidade de informações.

Porto Velho-RO,de de 2025.

.....
(Assinatura do representante legal e carimbo)

OBS. 1:

Apresentar os dados evitando-se abreviaturas ou iniciais.

OBS. 2:

Apresentar este documento em papel timbrado da Empresa Licitante.

Eu apoio a vida
Eu apoio a segurança no
trânsito



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Serviços - DETRAN-CPLMS

ATA

ANEXO V DO EDITAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXXX/20XX/DETRAN-RO					
Origem:	Pregão Eletrônico nº 90035/2025				
Data da Publicação DOE:	XX/XX/XXXX	Data da Homologação:	XX/XX/XXXX	Processo nº	0010.023154/2025-17

1. IDENTIFICAÇÃO DO(S) FORNECEDOR(S) REGISTRADO(S).

1.1. A identificação dos detentores está inserida no anexo único desta ata.

2. DO OBJETO E QUANTITATIVOS REGISTRADOS

2.1. Aquisição de material de distribuição gratuita (antena corta pipa, bicicleta para adulto ARO 26, bicicleta para adulto ARO 29, bicicleta infanto juvenil ARO 20, bicicleta infantil ARO 16, capacete de motociclista, capacete para ciclismo adulto, capacete para ciclismo infantil, sinalizador de LED para bicicleta e viseira de capacete) para atendimento de demandas da Escola Pública de Trânsito e Coordenadoria de Formação e Aperfeiçoamento, especificamente no Projeto Agente Mirim da Cidadania no Trânsito - Edição 2025, Projeto Jovem Condutor Mais Consciente e alunos matriculados em cursos especializados na Escola, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

3. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO OU PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

3.1. Ficam aquelas definidas no item 16 do termo de referência.

4. DAS SANÇÕES

4.1. Ficam aquelas definidas no item 34 do termo de referência.

5. HIPÓTESES DE CANCELAMENTO E EXTINÇÃO PREMATURA DA ATA DE REGISTRO

5.1. Os preços registrados poderão ser revisto em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, observada a instrução processual respectiva, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, conforme disposto no art. 133 do Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

5.2. Os preços registrados serão mantidos inalterados por todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços - ARP, admitida sua revisão para majorar ou minorar os preços registrados em casos excepcionais, nas hipóteses legais e considerando os preços vigentes de mercado.

5.3. A revisão de preços precederá de requerimento:

I - do detentor da ata, que deverá fazê-la antes do pedido de fornecimento e, instruindo seu pedido com documentação probatória de majoração de preço do mercado e a oneração de custos; ou

II - pelo órgão participante ou órgão interessado, comprovando por meio de pesquisas de preços que há minoração do valor originalmente registrado.

5.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador convocará o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado e, caso este não aceite a redução dos seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas, nos termos do art. 134, § 1º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

5.5. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital, nos termos do art. 135, § 2º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

5.6. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no art. 135, § 2º do Decreto Estadual nº 28.874/2024, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

5.7. Caso comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, poderá ser efetuada a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

5.8. O órgão gerenciador, em alternativa à atualização prevista no item 5.6 desta Ata de Registro de Preços, poderá liberar o fornecedor do compromisso sem aplicação de penalidades, convocando, posteriormente, os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

5.9. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

5.10. O cancelamento do preço registrado, em conformidade com o artigo 136 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, poderá ocorrer por fato superveniente decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

5.11. O preço registrado, em atenção ao estabelecido pelo art. 136, inc. I a V do Decreto Estadual nº 28.874/2024, também poderá ser cancelado quando o fornecedor descumprir total ou parcialmente as condições previstas na Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, não aceitar reduzir o seu preço registrado na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado ou sofrer sanção prevista na forma do Decreto Estadual nº 28.874/2024 em seu Capítulo VIII.

6. DO PREÇO REGISTRADO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. O preço registrado consta no Anexo único desta ATA.

6.2. As condições de pagamento são aquelas definidas no item 33 do Termo de referência.

7. DAS CONDIÇÕES A SEREM OBSERVADAS NAS FUTURAS CONTRATAÇÕES

7.1. As condições gerais referentes ao fornecimento, tais como prazo e local de entrega e recebimento do objeto, obrigações da Administração e do fornecedor detentor do registro e penalidades, encontram-se

definidas no Termo de Referência e Edital da licitação, partes integrantes da presente Ata.

7.2. É vedado o aditamento dos quantitativos consignados na Ata de Registro de Preços.

7.3. A detentora do registro fica obrigada a atender a todas as ordens de fornecimento efetuadas pelo órgão participante, durante a vigência desta ata.

7.4. Em atenção ao art. 126 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, faz-se necessário a permanente pesquisa de mercado, inclusive, antes da formalização da contratação, para aferição da manutenção da vantajosidade dos preços registrados.

7.5. A violação da integridade da conduta contratual, por meio do rompimento de deveres contratuais ou oriundos de outras normas aplicáveis ao caso, sujeita o contratado à aplicação das penalidades legalmente previstas nos arts. 184 ao 187 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, bem como art. 156 da Lei n. 14.133, de 2021.

8. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. O prazo de vigência do Registro de Preços será de 12 (doze) meses contados a partir da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Estado de Rondônia, podendo ser prorrogado o prazo à interesse da Administração, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei Federal 14.133/2021, bem como renovado as quantidades prevista neste instrumento, conforme Despacho (ID 0053945147), oriundo da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia, acostados nos autos do Processo Administrativo nº 0010.005101/2024-33.

9. DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

9.1. A Adesão ao presente Registro de Preços fica condicionada ao atendimento das determinações do Estado de Rondônia, após autorização expressa do órgão gerenciador – Departamento Estadual de Trânsito- DETRAN/RO.

9.2. A adesão fica ainda condicionada às exigências dispostas no § 2º ao § 8º do Art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

9.3. As aquisições ou as contratações adicionais (caronas) não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços.

9.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10. CADASTRO DE RESERVA

10.1. Caso a empresa detentora da presente ata de registro de preços, não cumpra com as obrigações pactuadas, o seu registro de preços poderá ser cancelado nos termos do item 11 do Termo de Referência.

10.2. Havendo o cancelamento do registro de preços da empresa detentora, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata, conforme Anexo único.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

11.2. Fica a empresa detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

11.3. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

11.4. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o ANEXO ÚNICO desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.

12. DO FORO

12.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata, é competente o Foro da Comarca de Porto Velho/RO, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

ANEXO ÚNICO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CONSUMO ESTIMADO	UNID.	MARCA	PREÇO MERCADO	PREÇO REGISTRADO	DIF. %	DETENTORA

EMPRESA(S) DETENTORA(S):

CNPJ	RAZÃO SOCIAL	ENDEREÇO	CIDADE	REPRESENTANTE	CPF	TELEFONE



Documento assinado eletronicamente por **Flavia Lemos Felicio, Pregoeiro(a)**, em 22/10/2025, às 09:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0065302321** e o código CRC **B43D7D81**.

ANEXO VI DO EDITAL

MODELO DE MINUTA DE SOLICITAÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

OFÍCIO Nº _____/____

Prezado Gestor da Ata nº **[Nº DA ATA]** do Departamento Estadual de Trânsito

[], [DATA DA EMISSÃO]

Nos termos do art. 86, §2º, inciso I da Lei 14133/21 , solicito autorização para ADERIR à Ata de Registro de Preços em epígrafe visando adquirir os itens e quantitativos relacionados na tabela abaixo.

Ressalto que o(s) fornecedor(es), detentor(es) do(s) preço(s) registrado(s), já se manifestou(ram) pela aceitação, conforme previsto na Lei 14133/21.

Nº do item da Ata	Especificação	Quant. Adesão

ASSINATURA DO GESTOR DA UNIDADE SOLICITANTE